

## Federação Portuguesa de Orientação - FPO

### REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES

#### Provas do Calendário FPO

## Preâmbulo

O Regulamento de Competições (RC) é um documento evolutivo, na pretendida estabilidade, e esta versão resulta de um esforço coordenado de sistematização e de eliminação de duplicações e conflitos, bem como de simplificação, que visou obter regras claras e facilmente compreensíveis por todos e é um primeiro passo no sentido da reformulação dos regulamentos da FPO.

Este Regulamento procura consolidar caminhos de futuro, da mesma forma que reflecte a posição da Direção da FPO quanto a alguns pontos cruciais.

Como aspectos inovadores temos:

- a) a criação da Taça de Portugal de O-Prec;
- b) a criação de um Circuito Nacional Urbano (CiNU) e de um Circuito Nacional de Estafetas (CiNE), visando aumentar a visibilidade da modalidade, sendo os eventos dos Circuitos considerados como eventos locais em 2012; e
- c) passar a integrar num único documento todas as disciplinas (Orientação Pedestre, Orientação em BTT, Orientação de Precisão e Corridas de Aventura).

A todos os que contribuíram para a realização e discussão deste documento fica registado o nosso agradecimento.

A Direção da FPO

*O presente Regulamento de Competições foi aprovado na reunião de Direção da FPO realizada em São João da Lamarosa / Coruche, no dia 03 de Dezembro de 2011.*

# Índice

## Orientação Pedestre e Orientação em BTT

Título I - Calendário FPO.....	5
Artigo 1.º - Âmbito .....	5
Artigo 2.º - Tipos de provas .....	5
Artigo 3.º - Composição do Calendário FPO .....	5
Título II - Inscrição de atletas na FPO e em provas .....	5
Artigo 4.º - Inscrição, renovação e transferência de atletas .....	5
Artigo 5.º - Inscrição e participação de atletas estrangeiros.....	6
Artigo 6.º - Condições gerais para inscrição nas provas.....	6
Artigo 7.º - Exame médico-desportivo e seguro desportivo.....	6
Artigo 8.º - Prazos para inscrição nas provas .....	6
Artigo 9.º - Taxas de inscrição.....	7
Artigo 10.º - Seguros .....	7
Título III - Quadros Competitivos de Orientação Pedestre e Orientação em BTT .....	7
Secção I - Normas gerais.....	7
Artigo 11.º - Escalões e categorias de competição.....	7
Artigo 12.º - Formatos de competição e tipos de percursos.....	8
Artigo 13.º - Características dos percursos.....	8
Artigo 14.º - Percursos abertos .....	9
Artigo 15.º - Tempo máximo da prova .....	9
Artigo 16.º - Mapas.....	9
Artigo 17.º - Condições materiais das provas .....	10
Artigo 18.º - Patrocínios, publicidade e responsabilidade social .....	10
Artigo 19.º - Divulgação dos eventos.....	10
Artigo 20.º - Divulgação de resultados.....	11
Artigo 21.º - Sistema de controlo e cronometragem das provas .....	11
Artigo 22.º - Classificação dos atletas .....	11
Artigo 23.º - Classificação dos clubes.....	12
Artigo 24.º - Cerimónias de entrega de prémios .....	12
Artigo 25.º - Prémios .....	12
Secção II - Normas aplicáveis aos atletas .....	12
Artigo 26.º - Navegação .....	12
Artigo 27.º - Partida fora da hora atribuída .....	12
Artigo 28.º - Obrigações gerais dos atletas.....	13
Artigo 29.º - Normas especiais para Orientação em BTT.....	13
Artigo 30.º - Desclassificação .....	13
Artigo 31.º - Participação nas Elites.....	13
Secção III - Campeonatos Nacionais e Eventos Internacionais da Taça de Portugal.....	14
Artigo 32.º - Campeonatos Nacionais de Distância Longa, Distância Média e Sprint ..	14
Artigo 33.º - Campeonato Nacional de Estafetas.....	14
Artigo 34.º - Campeonato Nacional Absoluto.....	14
Artigo 35.º - Campeonato Ibérico.....	15
Artigo 36.º - Portugal'O'Meeting e outros eventos a contar para o Ranking Mundial ...	15
Secção IV - Taça de Portugal .....	16
Artigo 37.º - Provas da Taça de Portugal.....	16
Artigo 38.º - Classificações individuais e colectivas .....	16
Secção V - Circuitos Nacionais em fase experimental .....	17
Artigo 39.º - Circuito Nacional Urbano .....	17
Artigo 40.º - Circuito Nacional de Estafetas .....	18
Secção VI - Provas Locais .....	18
Artigo 41.º - Condições gerais das Provas Locais .....	18
Artigo 42.º - Formato .....	18
Secção VII - Rankings FPO .....	19
Artigo 43.º - Ranking Individual FPO .....	19
Artigo 44.º - Ranking de Clubes FPO .....	19

Título IV - Controlo da qualidade e regularidade das provas .....	20
Artigo 45.º - Âmbito .....	20
Artigo 46.º - Controlo prévio .....	20
Artigo 47.º - Controlo da regularidade da prova .....	20
Artigo 48.º - Controlo posterior da qualidade da prova .....	20
Título V - Ética e <i>fair play</i> .....	20
Artigo 49.º - Código de ética e <i>fair play</i> .....	20
Título VI - Disposições finais e transitórias .....	21
Artigo 50.º - Conflitos de normas .....	21
Artigo 51.º - Casos omissos .....	21

### **Orientação de Precisão**

Artigo 52.º - Definição .....	22
Artigo 53.º - Disposições Gerais .....	22
Artigo 54.º - Categorias .....	22
Artigo 55.º - Participação .....	22
Artigo 56.º - Treino e Model Event .....	23
Artigo 57.º - Ordem de Partidas .....	23
Artigo 58.º - Terreno .....	23
Artigo 59.º - Mapa .....	23
Artigo 60.º - Percursos .....	23
Artigo 61.º - Partidas .....	23
Artigo 62.º - Áreas e trilhos interditos .....	24
Artigo 63.º - Sinalética .....	24
Artigo 64.º - Disposição e estrutura dos pontos de controlo .....	24
Artigo 65.º - Cartão de controlo e picotagem .....	24
Artigo 66.º - Equipamento .....	25
Artigo 67.º - Pontos cronometrados .....	25
Artigo 68.º - Chegada e tempo de prova .....	25
Artigo 69.º - Classificação .....	26
Artigo 70.º - Fair Play .....	26
Artigo 71.º - Júri da prova .....	26
Artigo 72.º - Documentos anexos .....	26
Artigo 73.º - Documentação relacionada .....	27
Artigo 74.º - Casos omissos .....	27

### **Corridas de Aventura (CA's)**

Capítulo I - Introdução .....	27
Artigo 75.º - Apresentação da disciplina de Corridas de Aventura .....	27
Capítulo II - Descrição dos eventos .....	27
Artigo 76.º - Quanto à duração .....	27
Artigo 77.º - Etapas .....	27
Artigo 78.º - Equipas e Escalões .....	28
Artigo 79.º - Inscrições .....	29
Artigo 80.º - Assistência às equipas .....	29
Artigo 81.º - Sistemas de controlo .....	29
Artigo 82.º - Postos de controlo (CP's) .....	30
Artigo 83.º - Pontos de partida e chegada .....	30
Artigo 84.º - Desistências de etapa, abandono da prova ou situações de acidente .....	31
Artigo 85.º - Meios de navegação e comunicações .....	31
Artigo 86.º - Bonificações e Penalizações .....	31
Capítulo III - Equipamento .....	31
Artigo 87.º - Equipamento fornecido pela organização .....	31
Artigo 88.º - Equipamento obrigatório da equipa, a utilizar conforme indicações do RaidBook .....	32
Artigo 89.º - Equipamento recomendado .....	32
Capítulo IV - Classificação e Prémios nas provas .....	32
Artigo 90.º - Classificações .....	32
Artigo 91.º - Reclamações e Recursos .....	33

Artigo 92.º - Supervisor e Júri Técnico .....	33
Artigo 93.º - Rankings da Taça de Portugal de Corridas Aventura.....	33
Artigo 94.º - Prémios do Ranking.....	34
Capítulo V - Patrocínios e Media .....	34
Artigo 95.º - Patrocínios.....	34
Artigo 96.º - Media.....	34
Capítulo VI - Controlo Anti-Doping.....	34
Artigo 97.º - Controlo Anti-Doping.....	34
Capítulo VII - Campeonato Nacional de Corridas de Aventura .....	35
Artigo 98.º - Campeonato Nacional de Corridas de Aventura 2012 .....	35
Capítulo VIII - Campeonato Ibérico de Corridas de Aventura .....	35
Artigo 99.º - Campeonato Ibérico de Corridas de Aventura 2012 .....	35
Capítulo IX - Disposições finais.....	35
Artigo 100.º - Disposições Finais.....	35

### **Anexos ao Regulamento de Competições**

Anexo I - Taxas para a época 2012.....	37
Anexo II - Modelo de cartão de controlo para Orientação de Precisão .....	39
Anexo III - Modelo de tabela de classificação para Orientação de Precisão .....	40
Anexo IV - Fórmula de cálculo do Ranking da Taça de Portugal de CA's.....	41

## Título I - Calendário FPO

### Artigo 1.º - Âmbito

1. O presente Regulamento de Competições aplica-se a todas as provas inscritas no Calendário da FPO, com exceção das identificadas no n.º 2.
2. As provas de Corridas de Aventura e as provas de Subsistemas obedecem a regulamentos próprios.

### Artigo 2.º - Tipos de provas

1. Podem ser inscritos no Calendário da FPO, três tipos de provas:
  - a) Provas da Taça de Portugal;
  - b) Provas Locais, onde se incluem os Circuitos Nacionais Urbano e de Estafetas;
  - c) Provas de Subsistemas, por exemplo, provas de Desporto Escolar, Campeonatos Militares e Campeonatos Universitários.
2. As provas da Taça de Portugal contam para o Ranking Individual e para o Ranking de Clubes de acordo com a ponderação que lhes é atribuída no art.º 43.º - ponto 3.
3. As provas Locais e as provas de Subsistemas não contam para o Ranking Individual nem para o Ranking de Clubes.

### Artigo 3.º - Composição do Calendário FPO

1. O Calendário FPO será composto por um número variável de provas dos vários tipos, propostas pelos clubes e restantes parceiros e validadas pela Direção da FPO.
2. As datas das provas serão fixadas pela FPO em articulação com os clubes, de acordo com processos de candidaturas a definir anualmente pela Direção da FPO.
3. O calendário FPO é constituído pelas provas que constam do calendário publicado no sítio oficial da FPO ([www.fpo.pt](http://www.fpo.pt)).
4. Os eventos de nível 1 deverão ser eventos de 2 ou mais dias com 1 percurso por dia a contar para a Taça de Portugal, podendo os eventos de nível 2 seguir o mesmo formato, ou em alternativa, ter 2 percursos num dia, com ambos a contar separadamente para a Taça de Portugal.

## Título II - Inscrição de atletas na FPO e em provas

### Artigo 4.º - Inscrição, renovação e transferência de atletas

1. Os agentes da modalidade podem inscrever-se na FPO por intermédio de um clube ou a título individual.
2. São admitidos os seguintes tipos de inscrição na FPO:
  - a) Praticante de competição;
  - b) Outros agentes desportivos (treinador, dirigente, supervisor, cartógrafo e traçador de percursos)
3. A primeira inscrição dum agente da modalidade na FPO faz-se mediante entrega da correspondente ficha de inscrição, devidamente preenchida, cópia do bilhete de identidade/cartão de cidadão/passaporte, cópia no NIF, 1 fotografia<sup>1</sup>, e pagamento das taxas definidas no Anexo I (taxa de inscrição e taxa do seguro de acidentes pessoais), podendo ser efectuada em qualquer altura. A inscrição como praticante de competição está ainda condicionada à apresentação dum Exame Médico-Desportivo (EMD) válido.
4. A renovação das inscrições para a época seguinte deve ser feita no mês de Dezembro do ano anterior, mediante entrega da correspondente ficha de renovação devidamente preenchida ou por registo on-line no sistema Oasis e pagamento das taxas de inscrição e seguro de acidentes pessoais. A renovação como praticante de competição só pode ser feita se o EMD do atleta estiver válido.

---

<sup>1</sup> Os documentos (cópia BI/Cartão Cidadão/Passaporte, cartão de contribuinte, foto) podem ser enviados por via electrónica para a FPO

5. A transferência de atletas entre clubes só é permitida antes de o atleta participar numa competição, nessa época desportiva. Um atleta só pode representar um clube na mesma época desportiva.
6. Um praticante inscrito através dum clube pode solicitar em qualquer momento a sua passagem a atleta a título individual. Da mesma forma, um praticante inscrito a título individual pode solicitar em qualquer momento a sua passagem a atleta inscrito através dum clube.
7. A inscrição dum agente que não renovou a sua inscrição na FPO por mais de dois anos consecutivos considera-se uma primeira inscrição. A recuperação do antigo número de federado está sujeita ao pagamento da taxa fixada no Anexo I.
8. Por norma, um atleta não poderá ser inscrito na FPO e noutra Federação estrangeira. Pedidos excepcionais serão analisados pela Direção da FPO.

#### Artigo 5.º - Inscrição e participação de atletas estrangeiros

1. Os cidadãos estrangeiros, oriundos de países da União Europeia, podem inscrever-se na FPO.
2. Os outros cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e munidos dum título de residência válido podem inscrever-se na FPO.
3. Os atletas estrangeiros inscritos na FPO podem participar em todas as provas do calendário FPO nas mesmas condições que os atletas nacionais, sendo a sua pontuação considerada tanto para efeitos de Ranking Individual como de Ranking de Clubes, sendo que nos Campeonatos Nacionais, embora a sua pontuação seja considerada para os respectivos Rankings, não são considerados para a classificação geral dos Campeonatos.
4. Os atletas inscritos em clubes estrangeiros podem participar e representar os seus clubes em todas as provas do calendário FPO, nas mesmas condições que os atletas nacionais, com excepção das aplicáveis aos rankings e aos Campeonatos Nacionais.
5. A participação nas Seleções Nacionais é reservada aos cidadãos nacionais.

#### Artigo 6.º - Condições gerais para inscrição nas provas

1. Nas provas da Taça de Portugal, só se podem inscrever em escalões de competição atletas regularmente inscritos como praticantes de competição.
2. As condições para inscrição nas provas locais serão definidas pelos respectivos organizadores, mas, em princípio, devem ser de inscrição aberta, sem prejuízo das disposições relativas à alteração do escalão etário (subida de escalão).

#### Artigo 7.º - Exame médico-desportivo e seguro desportivo

1. De acordo com o disposto no artigo 4.º, nenhum praticante de competição pode inscrever-se na FPO ou renovar a sua inscrição sem ter um exame médico-desportivo (EMD) válido.
2. Toda a tramitação relativa aos EMD deve cumprir as determinações do Despacho n.º 11318/2009, de 04 de Maio de 2009, do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, donde se releva:
  - a) Os exames médico-desportivos têm validade anual;
  - b) Caso a realização do EMD decorra fora do mês de aniversário, este caducará sempre no último dia do mês de aniversário, tendo assim uma validade inferior a um ano.
3. Um atleta sem EMD válido que pretenda participar numa competição com a sua situação regularizada, deverá o seu EMD dar entrada na FPO até às 18H00 do 4º dia útil anterior à realização da prova.
4. Os praticantes de competição cujo EMD tenha perdido validade, caso pretendam participar em escalões ou categorias de competição, só poderão fazê-lo extra competição, sendo que a pontuação obtida não conta para a classificação da prova, nem para o Ranking Individual ou Colectivo.

#### Artigo 8.º - Prazos para inscrição nas provas

1. A data limite para a inscrição nas provas da Taça de Portugal nos escalões e categorias de competição é de 12 dias antes do evento (até às 23h59 da penúltima segunda-feira antes da data da prova), a não ser que haja indicação em contrário nas informações do evento, acordadas previamente entre o clube organizador e a FPO.
2. A inscrição nos percursos abertos pode prolongar-se até ao dia do evento, sem alterações no preço de inscrição, mas sujeita à disponibilidade de mapas.



3. Para os escalões e categorias de competição, os organizadores podem estabelecer preços agravados, até um máximo de 50%, para as inscrições recebidas entre o 12.º dia anterior e outra data limite mais curta, salvaguardando a obrigatoriedade de divulgar as listas de partidas 3 dias antes do início do evento.
4. Os organizadores podem estabelecer condições mais favoráveis para inscrições com maior antecedência.
5. Os prazos para inscrição em provas dos circuitos nacionais urbano, de estafetas e provas locais serão definidos pelos respectivos organizadores.

#### Artigo 9.º - Taxas de inscrição

Os valores máximos de inscrição nas provas da Taça de Portugal, nos Circuitos Nacionais Urbano e de Estafetas e nas provas locais são os que constam do Anexo I ao presente Regulamento.

#### Artigo 10.º - Seguros

1. Todos os agentes desportivos inscritos na FPO são cobertos por um seguro desportivo de grupo, nos termos da lei em vigor e das condições gerais e especiais da apólice publicadas no site FPO.
2. O seguro desportivo cobre os riscos de acidentes pessoais inerentes à actividade desportiva, nomeadamente os que decorrem dos treinos, das provas desportivas e respectivas deslocações, dentro e fora do território português.
3. Em caso de acidente na actividade desportiva, o sinistrado terá que o comunicar aos organizadores da prova ou à FPO, que tratarão de todos os procedimentos necessários para activar a cobertura pelo seguro.
4. Tudo o que exceder o risco coberto pelo seguro desportivo é da responsabilidade dos filiados.
5. Ficam isentos da obrigação de aderir ao seguro desportivo os agentes desportivos que façam prova, mediante certificado emitido por uma seguradora, de que estão abrangidos por uma apólice que garanta um nível de cobertura igual ou superior ao mínimo legalmente exigido para o seguro desportivo.
6. Para além do seguro de acidentes pessoais, a FPO possui um seguro de responsabilidade civil que abrange todas as provas do calendário FPO (excepto as provas promovidas por outros subsistemas). O seguro cobre os riscos de danos provocados em terceiros, ocorrido durante a preparação e realização da prova.

### Título III - Quadros Competitivos de Orientação Pedestre e Orientação em BTT

#### Secção I - Normas gerais

#### Artigo 11.º - Escalões e categorias de competição

1. Os escalões e categorias de competição são decompostos por género, como segue:  
**FEMININO**, sendo os escalões designados pela letra D (ou W) e as categorias por F.  
**MASCULINO**, sendo os escalões designados pela letra H (ou M) e as categorias por M.
2. As provas da Taça de Portugal e as do Circuito Nacional Urbano realizam-se por escalões e as classificações colectivas disputam-se por categorias, de acordo com as tabelas seguintes:

##### a) Orientação pedestre

<i>Idade no final da época desportiva (31 de Dezembro)</i>	Escalão	Categoria
10 e menos	H/D10	Escolas M/F
11 e 12	H/D12	Infantis M/F
13 e 14	H/D14	Iniciados M/F
15 e 16	H/D16	Juvenis M/F
17 e 18	H/D18	Cadetes M/F
19 e 20	H/D20	Juniores M/F
+ de 21	HE/DE	Seniores M/F
+ de 21	H/D21A	
+ de 18	H/D21B	
35 a 39	H/D35	Veteranos I M/F
40 a 44	H/D40	



45 a 49	<b>H/D45</b>	<b>Veteranos II M/F</b>
50 a 54	<b>H/D50</b>	
55 a 59	<b>H/D55</b>	<b>Veteranos III M/F</b>
60 a 64	<b>H/D60</b>	
65 a 69	<b>H65</b>	<b>Veteranos IV M</b>
A partir de 70	<b>H70</b>	

b) **Orientação em BTT**

<i>Idade em 31 Dez. da época</i>	Escalão	Categoria
14 e menos	<b>H/D14</b>	<b>Iniciados M/F</b>
15 e 16	<b>H/D16</b>	<b>Juvenis M/F</b>
17 e 18	<b>H/D18</b>	<b>Cadetes M/F</b>
19 e 20	<b>H/D20</b>	<b>Juniores M/F</b>
+ de 21	<b>HE/DE</b>	<b>Seniores M/F</b>
+ de 21	<b>H/D21A</b>	
+ de 18	<b>H21B</b>	
35 a 39	<b>H/D35</b>	<b>Veteranos I M/F</b>
40 a 44	<b>H40/D35</b>	
45 a 49	<b>H/D45</b>	<b>Veteranos II M/F</b>
50 a 54	<b>H50/D45</b>	
A partir de 55	<b>H55/D45</b>	<b>Veteranos III M</b>

3. Consideram-se, na Orientação Pedestre, escalões de formação H/D10 e H/D12, escalões de competição secundários H/D 21A e H/D 21B e escalões de competição todos os restantes. Consideram-se, na Orientação em BTT, escalões de formação H/D 14, escalões secundários H/D 21A e H21B e escalões de competição todos os restantes.
4. Os atletas com idade superior a 34 anos podem inscrever-se nos escalões ou categorias correspondentes à sua idade ou em escalões ou categorias mais jovens até H/D21A inclusive, e incluindo os escalões de Elite, sem prejuízo das regras sobre o EMD.
5. Os atletas com idade igual ou inferior a 20 anos só se podem inscrever nos escalões ou categorias correspondentes à sua idade ou imediatamente superior, sem prejuízo das regras sobre o EMD. A exceção será nos escalões H/D21B no qual todos os atletas enquadráveis nos escalões H/D18 poderão participar.
6. A participação nos escalões de Elite é autorizada mediante as condições definidas para esse efeito no art.º 31.º.
7. Em provas internacionais, poderão ainda ser considerados outros escalões ou categorias, embora as pontuações a incluir nos rankings nacionais respeitem unicamente ao escalão de inscrição do atleta na FPO.
8. Nas provas disputadas em território espanhol, poderá haver diferenças nos escalões de competição. Os casos em que o primeiro escalão de veteranos seja apenas para praticantes com mais de 40 anos, os praticantes do escalão H35 inscrevem-se em H21A. Em outros casos a FPO divulgará antecipadamente os escalões para que se possam integrar nos rankings, as pontuações da referida prova.

#### Artigo 12.º - Formatos de competição e tipos de percursos

1. As provas da Taça de Portugal podem integrar percursos individuais de sprint, distância média e distância longa e percursos de estafetas.
2. As provas da Taça de Portugal estão obrigadas a ter percursos para todos os escalões de competição, de formação e abertos.

#### Artigo 13.º - Características dos percursos

1. As características dos percursos e sua elaboração devem obedecer ao que está estabelecido nos “**Princípios para o Traçado de Percursos**”. Os pontos seguintes deste artigo visam salientar para informação dos atletas algumas das principais regras do referido Manual.
2. Os percursos têm de ser adaptados aos escalões a que se destinam tendo em conta a realidade nacional dos respectivos escalões e traçados com o objectivo de serem cumpridos pelos respectivos vencedores dentro dos tempos definidos nos “Princípios para o Traçado de Percursos”.

#### Artigo 14.º - Percursos abertos

1. Os percursos abertos destinam-se a qualquer cidadão interessado em experimentar a modalidade, a praticantes sem inscrição válida na FPO ou a quem opte por participar a pares ou em grupo.
2. Os percursos abertos de Orientação Pedestre devem ter as seguintes características:
  - a) Fácil curto - distância inferior a 2,5 km e deve ser feito por recurso a caminhos ou outros elementos lineares, óbvios para um atleta sem experiência. Não deve ter dificuldade técnica e deve ser de reduzida exigência física, com o maior interesse paisagístico possível e aconselhamento técnico opcional;
  - b) Difícil curto - Dificuldade técnica média e uma exigência física baixa.
  - c) Fácil longo - Dificuldade técnica baixa e dificuldade física média. Não deve ter dificuldade técnica e deve ter o maior interesse paisagístico possível.
  - d) Difícil longo - Dificuldade técnica média e uma dificuldade física média/alta.
3. As competições de sprint na Taça de Portugal e no Circuito Nacional Urbano terão apenas open fácil e open difícil.
4. Os percursos abertos de Orientação em BTT devem ter as seguintes características:
  - a) Open Curto - distância inferior a 7,5 km, não deve ter dificuldade técnica e deve ser de reduzida exigência física, com o maior interesse paisagístico possível e aconselhamento técnico opcional;
  - b) Open Longo - deve ter uma dificuldade técnica média e uma dificuldade física média/alta;
  - c) Passeio BTT - com carácter facultativo, deve ter características de longa duração permitindo execução livre de percurso com mapa e/ou passeio em grupo com guia sem mapa.
5. A participação nos percursos abertos é livre, podendo ser realizados a pares, individualmente ou em grupo, sem distinção de idade ou género.
6. Os organizadores devem definir uma janela horária para as partidas dos percursos abertos e disponibilizar várias estações de partida para evitar acumulação de atletas.
7. A inscrição de menores em escalões abertos não acompanhados por um adulto só é permitida com a devida autorização do encarregado de educação e deve ser feita através de uma entidade ou instituição responsável, por um clube filiado na FPO ou numa federação congénere estrangeira.
8. Recomenda-se que não seja permitida a inscrição de menores de 10 anos não acompanhados por um adulto nos escalões abertos.

#### Artigo 15.º - Tempo máximo da prova

O limite de tempo dado a um atleta para executar o seu percurso individual, sob pena de desclassificação, excepto em circunstâncias excepcionais e sujeito a decisão do Supervisor é o seguinte:

Distância:	Pedestre:	O-BTT:
Sprint	1h00	1h30
Distância média e estafetas	2h00	2h30
Distância longa	3h00	4h00

#### Artigo 16.º - Mapas

1. Os mapas de Orientação têm de ser produzidos de acordo com as normas estabelecidas pela IOF, nomeadamente:
  - a) “*ISOM - International Specification for Orienteering Maps*”, para provas de orientação pedestre em floresta;
  - b) “*ISSOM - International Specification for Sprint Orienteering Maps*”, para provas de Sprint;
  - c) “*ISmtbOM - International Specification for MTB Orienteering Maps*”, para provas de Orientação em BTT.
2. Os mapas têm de ser obrigatoriamente realizados por cartógrafos habilitados, validados e registados pelo Departamento de Cartografia da FPO, nos termos das normas definidas no Regulamento de Cartografia.
3. Os mapas de Orientação Pedestre devem ter preferencialmente as seguintes escalas:
  - a) Distância longa: 15.000 (excepcionalmente 1/10.000)
  - b) Distância média e Estafetas: 1/10.000
  - c) Sprint: 1/5.000 ou 1/4.000

4. Os mapas de Orientação em BTT devem ter preferencialmente as seguintes escalas:
  - a) Distância longa: 1/20.000 (excepcionalmente 1/15.000)
  - b) Distância média e Estafetas: 1/15.000 (excepcionalmente 1/10.000)
  - c) Sprint: 1/10.000 ou 1/7.500.
5. Para os escalões H/D14, H/D16, e iguais ou superiores a H/D45 e categorias correspondentes, as escalas menores a utilizar são 1/10.000 na Orientação Pedestre e 1/15.000 na Orientação em BTT.
6. Para os escalões H/D10, H/D12 e Fácil Curto da Orientação Pedestre, as escalas menores a utilizar são de 1:7500, para os restantes escalões abertos a escala deve ser 1:10.000.

#### Artigo 17.º - Condições materiais das provas

1. Os organizadores de eventos da Taça de Portugal estão obrigados a cumprir os aspectos constantes do Contrato de Organização de Eventos.
2. Os organizadores de eventos da Taça de Portugal estão ainda obrigados a garantir:
  - a) Um local de pernoita em solo duro nas provas com duração superior a um dia;
  - b) Sanitários na zona da concentração (vulgo “arena”);
  - c) Ambulância, gelo e primeiros socorros na área das chegadas;
  - d) Espaço infantil condigno e supervisionado;
  - e) Água na zona de partidas, na chegada e no percurso. Os abastecimentos colocados no percurso são obrigatórios nas provas de distância longa. No percurso é aconselhada a distribuição da água em copos e a presença de elemento responsável pelo abastecimento;
  - f) Divulgação na área de concentração e na área de partidas, das informações pertinentes, das informações técnicas e das listas de partidas;
  - g) Sistema de som nas chegadas;
  - h) Banhos com água quente;
3. Até 60 dias antes do seu início, entregar ao Departamento de Cartografia da FPO os mapas a utilizar para serem validados e registados.
4. Até 30 dias antes do seu início, entregar ao Supervisor da prova os mapas a utilizar, já validados e registados, bem como os percursos já totalmente concluídos, sem prejuízos de eventuais ajustamentos que tenham de ser feitos posteriormente em consequência de acontecimentos subsequentes.
5. Recomenda-se que as provas urbanas sejam disputadas em zonas sem trânsito automóvel ou com o devido policiamento.

#### Artigo 18.º - Patrocínios, publicidade e responsabilidade social

1. Os organizadores estão proibidos de publicitar marcas de tabaco e de bebidas alcoólicas.
2. As provas devem ser alvo de divulgação na autarquia da zona de competição e nos meios de comunicação da região.
3. Os organizadores devem diligenciar junto dos estabelecimentos de ensino, da zona da prova a divulgação do evento e permitir a participação de estudantes em condições especiais (por exemplo: organizando grupos guiados) e promovendo a formação dos professores de educação física, sempre que possível.
4. Recomenda-se que os organizadores diligenciem junto de instituições de solidariedade social da zona da prova (por exemplo, instituições de apoio a menores, idosos ou deficientes) para permitir a participação dos seus utentes na prova em condições especiais, embora não necessariamente através da realização de percursos formais.

#### Artigo 19.º - Divulgação dos eventos

Para eventos da Taça de Portugal, os boletins de divulgação têm de ser publicados antecipadamente na Internet e recomenda-se que pelo menos um seja publicado e distribuído em papel de acordo com o quadro seguinte:

	Boletim 1	Boletim 2	Boletim 3
Antecedência mínima	6 a 3 meses	1 mês	3 dias
Localização	Localidade	Acessos	
Programa	Datas	Horários das provas e cerimónias	Listas de Partidas

Informação Técnica	Tipo de Prova Mapas a utilizar Cartógrafo(s) Áreas Embargadas	Distância linear (Pedestre) Distância da melhor opção (BTT); Desnível acumulado Distância da Arena às Partidas Mapas antigos da área de prova	
Informação Geral	Direção da prova Prazos e taxas de inscrição Condições de alojamento	Locais de alojamento, banhos, “baby-siting” Alimentação	Listagem de inscritos Avisos

#### Artigo 20.º - Divulgação de resultados

1. Durante a competição, os resultados provisórios devem ser publicitados na área de concentração com frequência, preferencialmente com intervalos não superiores a 30 minutos.
2. Os resultados da prova devem ser publicados na Internet e carregados no OASIS até às 22h do último dia da prova, com todas as classificações detalhadas, incluindo as classificações colectivas.
3. Sempre que possível, sugere-se que se divulguem estas mesmas classificações na Internet e no OASIS, on line ou no final de cada dia em que se disputa cada um dos percursos da prova.

#### Artigo 21.º - Sistema de controlo e cronometragem das provas

1. Todas as Provas da Taça de Portugal e dos Circuitos Nacionais Urbano e de Estafetas são controladas electronicamente.
2. O atleta é responsável por efectuar correctamente o registo no seu cartão electrónico, sendo que, na utilização do sistema SPORTident, deve esperar o tempo necessário para obter a confirmação.
3. Em caso de falha da unidade de registo do posto de controlo, o atleta deve validar a presença no posto de controlo, picotando o mapa no espaço indicado para o efeito com o picotador respectivo.
4. No caso de falha do registo no cartão electrónico e ausência do registo de backup, o atleta é desclassificado, mesmo que no posto de controlo (estação) haja o registo da passagem do atleta.
5. Em caso de desaparecimento do posto de controlo (suporte, unidade de controlo electrónico e baliza) ou de colocação comprovadamente errada (fora do local assinalado no mapa), o atleta deve continuar a sua prova normalmente.

#### Artigo 22.º - Classificação dos atletas

1. As classificações das Provas da Taça de Portugal são realizadas por pontos nos seguintes termos:
  - a) A pontuação 100 é atribuída ao vencedor do escalão, ou ao primeiro federado classificado desde que o vencedor seja um atleta não federado na FPO.
  - b) A pontuação de classificação é atribuída a todos os atletas que se classifiquem, sendo os valores apurados para cada percurso em função da seguinte fórmula:  

$$\text{Pontuação} = \text{Tempo vencedor} / \text{Tempo atleta} \times 100$$
  - c) O valor apurado deverá sofrer o arredondamento necessário de modo a ficar apenas com duas casas decimais.
2. No caso de se realizarem 2 ou mais percursos a classificação na prova corresponde à soma das pontuações dos percursos que a compõem.
3. Nas situações de provas com dois ou mais percursos do mesmo tipo (por exemplo, 2 percursos de distância longa), a organização pode decidir realizar a classificação através da soma dos tempos, devendo esta decisão ser definida no regulamento específico da prova e divulgada nos boletins.

### Artigo 23.º - Classificação dos clubes

1. As classificações dos clubes obtêm-se através da soma das pontuações ou dos tempos dos seus atletas, de acordo com as disposições de cada competição (secções III e IV deste título).
2. Em casos de igualdade, vence o clube que tiver o atleta ou equipa com pontuação mais elevada, em caso de empate no primeiro critério, o que tiver a segunda pontuação mais elevada e assim sucessivamente.

### Artigo 24.º - Cerimónias de entrega de prémios

1. Os organizadores devem proporcionar uma cerimónia de entrega de prémios com dignidade e respeitando o protocolo.
2. Nas Provas da Taça de Portugal, a cerimónia de entrega de prémios deve ter ritmo e dinamismo, em local apropriado (com espaço e visibilidade), e deve estruturar-se da seguinte forma:
  - a) Inicia-se sempre pelos premiados dos percursos abertos e escalões de formação;
  - b) Depois os 3 premiados de cada escalão, chamando em simultâneo masculinos e femininos;
  - c) Seguem-se, os 5 premiados de DE e os 5 premiados de HE;
  - d) Finalmente, os prémios colectivos;
3. Caso haja prémios atribuídos por sorteio estes devem ser realizados de forma expedita e procurando colmatar tempos “mortos”.
4. Nos Campeonatos Nacionais as cerimónias de entrega de prémios são exclusivas. Outros atletas a distinguir (percursos abertos, formação, e de escalões secundários devem sê-lo antes da cerimónia dos Campeonatos Nacionais.

### Artigo 25.º - Prémios

1. Nas Provas da Taça de Portugal deverão ser atribuídas medalhas, troféus, prémios ou diplomas condignos com a prova, aos três primeiros classificados de todos os escalões, com excepção das Elites, em que deverão ser atribuídas medalhas, troféus, prémios ou diplomas aos primeiros cinco classificados. Deverão ainda ser atribuídas medalhas, troféus, prémios ou diplomas aos clubes classificados nos três primeiros lugares.
2. Nos Campeonatos Nacionais com exclusão do Campeonato Nacional Absoluto a FPO atribui prémios (medalhas) aos três primeiros classificados de todos os escalões de competição e o troféu FPO ao clube Campeão de cada categoria.
3. Os percursos de escalões individuais, que contribuam para uma mesma categoria de competição dos títulos nacionais de clubes, devem ser iguais.
4. No Campeonato Nacional Absoluto a FPO atribui prémios (medalhas) aos cinco primeiros atletas femininos e masculinos participantes na final A e o troféu FPO aos clubes vencedores da classificação Feminina e Masculina.
5. Os prémios masculinos e femininos devem ser iguais dentro dos mesmos patamares de competição.
6. Nos escalões H/D10 e H/D12 não podem ser atribuídos prémios por classificação, devendo os jovens ser chamados todos ao pódio para a entrega de uma lembrança.
7. Não podem ser atribuídos prémios monetários.

## Secção II - Normas aplicáveis aos atletas

### Artigo 26.º - Navegação

1. O único meio auxiliar de orientação permitido é a bússola, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Na Orientação em BTT, é ainda permitido o uso de ciclómetros.
3. Não é permitida a utilização de dispositivos de localização GPS, excepto os que se destinem ao registo dos dados.

### Artigo 27.º - Partida fora da hora atribuída

1. Os atletas que se apresentem na “Partida” depois da sua hora de partida, deverão partir após a indicação dos organizadores, sujeitando-se à penalização do tempo que entretanto decorreu.
2. Como norma, os organizadores devem recusar os pedidos de alteração dos tempos de partida, excepto em casos de comprovada anormalidade e sujeito a concordância do Supervisor.



### Artigo 28.º - Obrigações gerais dos atletas

Sem prejuízo das obrigações previstas na lei e na regulamentação aplicável, os atletas têm as seguintes obrigações:

1. Apresentar-se na Partida com o peitoral visível e devidamente colocado no corpo (Orientação Pedestre) ou na bicicleta (Orientação em BTT) e conservá-lo durante a prova;
2. Apresentar-se na Partida com o cartão electrónico devidamente colocado e visível, facilitando a sua conferência pelos organizadores;
3. É interdita a utilização do equipamento das seleções nacionais de orientação fora do seu âmbito;
4. Avisar os organizadores e descarregar o seu cartão electrónico, caso não conclua o percurso;
5. Auxiliar qualquer atleta em caso de acidente, sempre que as circunstâncias o justifiquem;
6. Respeitar todas as áreas balizadas, privadas e cultivadas;
7. Entregar o mapa na chegada, quando determinado pelos organizadores;
8. Comparecer na cerimónia de entrega de prémios, especialmente quando é um dos premiados, valorizando o trabalho dos organizadores e os apoios disponibilizados (sugere-se aos organizadores que não entreguem prémios à posteriori a atletas que não estiveram presentes na cerimónia);

### Artigo 29.º - Normas especiais para Orientação em BTT

1. A circulação em bicicleta só é permitida nas estradas, caminhos e carreiros assinalados no mapa. Nestes locais, é igualmente permitida a deslocação a pé, desde que o praticante transporte consigo a bicicleta.
2. Os praticantes podem deslocar-se fora das estradas, caminhos e carreiros desde que transportem a bicicleta com as rodas no ar.
3. Os atletas mais lentos devem dar prioridade aos atletas mais rápidos.
4. Quando dois atletas se encontram de frente um para o outro:
  - a) Os atletas devem cruzar-se dando o seu ombro esquerdo;
  - b) Os atletas que descem têm prioridade.
5. É obrigatório o uso de capacete devidamente colocado durante todo o percurso. O capacete terá que estar homologado nos termos das normas ANSI, SNELL, CE95 ou GUV.
6. O atleta pode transportar consigo todo o material de reparação que julgue necessário, não sendo permitido receber assistência de pessoa estranha à competição, excepto em caso de desistência da prova e para prestação de primeiros socorros.
7. O atleta não pode abandonar a bicicleta para controlar um determinado ponto.
8. O cartão electrónico tem de estar sempre fixo à bicicleta.
9. Em toda a área de competição devem ser respeitadas as regras do Código da Estrada.

### Artigo 30.º - Desclassificação

1. Constitui motivo de desclassificação de qualquer atleta a violação grave da lei e dos regulamentos que regem a modalidade, especialmente:
  - a) Ausência de registo que confirme a passagem do atleta em todos os postos de controlo.
  - b) A não execução do percurso pela ordem estabelecida pelos organizadores;
  - c) Realizar a prova sem peitoral ou outro meio de identificação definido pelos organizadores;
  - d) Perda do cartão electrónico;
  - e) Chegar para além do tempo limite para a execução da prova;
  - f) Progredir em áreas assinaladas como privadas (símbolo 527), cultivadas (símbolo 415), ou áreas fora de prova (símbolos 528 e 709);
  - g) Desrespeitar as normas gerais de proteção da floresta e do ambiente;
  - h) Não auxiliar outro atleta em caso de acidente;
  - i) Violação das normas legais sobre doping, violência e discriminação no desporto.
2. A desclassificação deve ser comunicada ao atleta e ao seu clube pelos organizadores ou pela FPO assim que possível.

### Artigo 31.º - Participação nas Elites

1. Só se poderão inscrever nos escalões de Elite os seguintes atletas:
  - a) Atletas que na época anterior tenham obtido pontuação média superior a 70% nesse escalão;
  - b) Os três primeiros classificados dos escalões de competição H/D21A e os que tenham média igual ou superior a 92 pontos;

- c) Os três primeiros classificados dos escalões de competição H/D20 e os que tenham média igual ou superior a 92 pontos;
  - d) Os atletas destes escalões ou outros, não contemplados pelos critérios definidos que requeiram a promoção ao escalão de Elite e obtenham parecer favorável da Direção Técnica Nacional.
2. Para efeitos da média prevista nas alíneas a), b) e c) do número anterior, são considerados os 10 melhores percursos feitos pelo atleta durante a época anterior. Se o número de percursos realizados for inferior a 10 o atleta poderá, com base em argumentos válidos que o tenham impedido de realizar as provas, solicitar a manutenção ou promoção ao escalão de elite, situação condicionada à obtenção de parecer favorável da Direção Técnica Nacional.

### Secção III - Campeonatos Nacionais e Eventos Internacionais da Taça de Portugal

#### Artigo 32.º - Campeonatos Nacionais de Distância Longa, Distância Média e Sprint

1. O Campeonato Nacional de Distância Longa consiste na realização de um único percurso.
2. O Campeonato Nacional de Distância Média consiste na realização de um único percurso.
3. O Campeonato Nacional de Sprint realiza-se em 1 (um) ou 2 (dois) percursos e pode ser disputado em área urbana, parque ou floresta.  
Caso o campeonato se realize em ambiente urbano, os atletas devem ser impedidos de aceder à área da competição, devendo fazer-se uma zona de quarentena, com controlo de entrada (check in).  
No caso de se realizarem dois percursos a classificação obtém-se pela soma dos tempos realizados nos 2 percursos.
4. Os títulos individuais são atribuídos aos vencedores, em função da classificação final de cada escalão de competição definido no ponto n.º2 do artigo 11.º, com excepção dos escalões de formação e secundários, cujos percursos não apuram campeão, embora contem para o ranking da Taça de Portugal. Os praticantes dos escalões secundários podem, se assim o desejarem, inscrever-se nos percursos de Elite dos Campeonatos Nacionais, passando a ter acesso ao título de Campeão Nacional nesse escalão.
5. Os títulos colectivos são apurados através da soma dos tempos dos 3 melhores atletas em cada categoria de competição definida no ponto n.º2 do artigo 11.º e são atribuídos ao clube vencedor.

#### Artigo 33.º - Campeonato Nacional de Estafetas

1. O Campeonato Nacional de Estafetas disputa-se por Clubes nas categorias referidas no ponto n.º2 do artigo 11.º excluindo escolas e infantis.
2. As equipas serão constituídas por três praticantes, sendo pelo menos 2 de nacionalidade portuguesa, e tendo todos a sua filiação em dia.
3. É permitido constituir equipas para disputar determinada categoria com atletas de categorias hierarquicamente mais baixas. No entanto, ao contrário do que está definido nos pontos n.ºs 3 e do artigo 11.º, é possível que um jovem possa ascender 2 escalões etários para participar numa estafeta.
4. Os Clubes podem participar com mais do que uma equipa em cada categoria, mas, para a atribuição dos prémios em disputa apenas é considerada a melhor equipa do clube.
5. Para além das estafetas correspondentes às categorias de competição, existem ainda as “Popular Longa” e “Popular Curta” como estafetas abertas.
6. O Campeonato Nacional de Estafetas faz parte da Taça de Portugal e, não sendo uma competição individual, conta para o Ranking de Clubes conforme definido nos nºs 4 e 5 do art.º 38º, contando também para o Circuito Nacional de Estafetas.

#### Artigo 34.º - Campeonato Nacional Absoluto

1. O Campeonato Nacional Absoluto pode ser disputado por todos os atletas com a nacionalidade portuguesa, praticantes de competição, filiados na FPO ou em federações congéneres estrangeiras.
2. Os atletas estrangeiros podem participar na competição e, caso preencham as condições previstas no n.º 5 (obtenção de um tempo que corresponda a 60 pontos em relação ao melhor tempo registado no apuramento) têm acesso à final A como supranumerários. O resultado obtido não é considerado para efeitos de Campeonato Nacional Absoluto, mas,



nos casos previstos no artigo 5.º, conta para efeitos do Ranking Individual e do Ranking de Clubes. Os atletas estrangeiros que fiquem apurados para a final A, têm obrigatoriamente de ser os primeiros a partir.

3. No primeiro dia realiza-se uma prova de Distância Média, pontuável para a Taça de Portugal que servirá para apurar os finalistas (Final A). Todos os percursos de apuramento para cada uma das finais serão semelhantes. A participação nesta prova é idêntica à participação nas provas da Taça de Portugal.
4. No segundo dia realiza-se uma prova de Distância Média (com um incremento de 5 minutos para o tempo previsto para o vencedor) ou de Distância Longa (com uma redução de 10 minutos para o tempo previsto para o vencedor), que terá 2 percursos (1 masculino e 1 feminino) designados por Final A e percursos para todos os restantes participantes, organizados por escalões definidos no ponto n.º 2 do artigo 11.º tal como uma prova normal de Taça de Portugal.
5. Têm acesso à final A os 60 atletas femininos e os 60 atletas masculinos nas condições previstas no ponto n.º 1 deste artigo, melhor classificados na prova do primeiro dia, desde que o seu tempo corresponda pelo menos a 60 pontos em relação ao tempo do melhor atleta. Não têm acesso à final A atletas dos escalões de formação e H/D 14.
6. Em caso de empate de tempos, do 60.º classificado no apuramento, o número máximo de atletas será aumentado em consequência.
7. O vencedor do Campeonato Nacional Absoluto será encontrado pelos resultados da Final A e serão distinguidos os 5 primeiros atletas femininos e os 5 primeiros atletas masculinos.
8. A classificação de clubes no Campeonato Absoluto Pedestre é efectuada em ambos os géneros e obtém-se pela soma dos tempos dos 5 melhores atletas do clube que participem na final A. Caso nenhum clube tenha 5 atletas na final, serão contabilizados os tempos dos clubes com mais atletas classificados (podendo ser apenas um clube e nesse caso sendo automaticamente o clube campeão). Na BTT obtém-se pela soma dos tempos dos 3 melhores atletas que participem na final A e em regra idêntica à pedestre caso nenhum clube tenha 3 atletas na final.
9. Para efeitos da classificação colectiva, no Campeonato Absoluto a pontuação de cada atleta que dispute a Final A é contabilizada a 150% (multiplicada por 1,5). Esta pontuação é calculada com base na vitória de 100 pontos e não com base nos 110 pontos transpostos para o ranking individual e não há limite mínimo de 80 pontos como no ranking individual sendo qualquer pontuação de atletas classificados na final A, multiplicada por 1,5.
10. Só devem ser premiados os primeiros classificados das finais masculina e feminina e os primeiros classificados dos escalões que não têm acesso à final conforme definido no n.º 5 deste artigo.

#### Artigo 35.º - Campeonato Ibérico

1. O Campeonato Ibérico é disputado em duas provas sendo uma delas realizada em território português e outra em território espanhol.
2. A ordem de realização das provas é alternada sendo a primeira prova em território português e a segunda em território espanhol nos anos ímpares e invertendo a ordem nos anos pares.
3. Cada uma das duas provas é composta por uma etapa de distância longa, outra de distância média e outra de sprint, sendo os campeões ibéricos apurados através da soma de tempos das seis etapas.
4. Contam para a Taça de Portugal apenas as etapas de distância longa e de distância média.
5. São apurados campeões ibéricos de Orientação Pedestre nos escalões de H/D16, H/D18, H/D20, H/DElite, H/D35, H/D40, H/D45, H/D50, H/D55 e campeões ibéricos de Orientação em BTT nos escalões de H/D18, H/D20, H/DElite, H/D40 e H/D50.
6. Os Campeonatos Ibéricos têm regulamentação complementar no protocolo existente entre a FEDO e a FPO para esse efeito.

#### Artigo 36.º - Portugal'O'Meeting e outros eventos a contar para o Ranking Mundial

1. O Portugal'O'Meeting e outros eventos a contar para o Ranking Mundial são integrados nos rankings de Taça de Portugal individual e por clubes em condições idênticas aos eventos nacionais.

2. Sempre que haja expectativa de um número de participantes superior a 80 em determinado escalão (nomeadamente na Elite Masculina), é recomendada a segmentação em dois escalões diferentes. No entanto e considerando que os atletas portugueses ficarão distribuídos por dois percursos diferentes, a construção dos percursos deve obedecer a critérios idênticos (similar à construção dos percursos de estafetas), nomeadamente não devendo ter mais de 300 metros de diferença em percursos de distância longa ou mais de 100m de diferença noutros percursos, o mesmo desnível e tendo o mesmo número de pontos de controlo e utilizando pontos em elementos de características idênticas.
3. Sempre que haja um número invulgar de participantes num escalão mas não haja segmentação de percursos os percursos deverão ser preparados com métodos de dispersão de atletas.

## Secção IV - Taça de Portugal

### Artigo 37.º - Provas da Taça de Portugal

1. As provas de âmbito nacional, que contam para a elaboração dos rankings nacionais individuais e de clubes, designam-se por provas da Taça de Portugal.
2. Os percursos das provas que contam para os rankings da Taça de Portugal (individual e colectivo) são divididos em 2 níveis:
  - a) Os percursos das principais provas do quadro competitivo da FPO onde se incluem os Campeonatos Nacionais, os Campeonatos Ibéricos, as provas pontuáveis para o Ranking Mundial - WRE e outras provas com 2 percursos pontuáveis, definidas pela Direção da FPO, são considerados percursos de nível 1;
  - b) Os percursos das provas da Taça de Portugal que não se incluam na alínea anterior são considerados percursos de nível 2.

### Artigo 38.º - Classificações individuais e colectivas

1. As classificações individuais processam-se de acordo com o estipulado no artigo 22.º.
2. A classificação dos clubes obtém-se através da soma das melhores pontuações dos respectivos atletas, nos seguintes termos:
  - a) Orientação Pedestre
    - 7 melhores atletas jovens (H/D14, H/D16, H/D18 e H/D20)
    - 7 melhores atletas seniores (H/D21E, HD21A, H/D21B)
    - 7 melhores atletas veteranos (escalões iguais ou superiores a H/D35);
  - b) Orientação em BTT
    - 5 melhores atletas jovens (H/D14, H/D16, H/D18 e H/D20)
    - 5 melhores atletas seniores (H/D21E, HD21A, H21B)
    - 5 melhores atletas veteranos (escalões iguais ou superiores a H/D35)
3. A pontuação a que se refere o ponto anterior é obtida de acordo com fórmula de cálculo da classificação dos atletas (art.º 22.º), à qual se aplicam os seguintes factores de ponderação:
  - a) As pontuações dos atletas de Elite são contabilizadas a 130% (multiplicadas por 1,3);
  - b) As pontuações dos atletas Jovens e H/D21A são contabilizadas a 100%;
  - c) As pontuações dos atletas veteranos são contabilizadas a 75% (multiplicadas por 0,75);
  - d) As pontuações dos atletas do escalão H/D21B são contabilizadas a 50% (multiplicadas por 0,5).
4. Nas provas que incluam percursos de estafetas, pontuam para a classificação colectiva as seguintes equipas:
  - a) Orientação Pedestre
    - 2 melhores equipas Jovens (Inic.M/F, Juv.M/F, Cad.M/F, Jun.M/F);
    - 2 melhores equipas Seniores (M/F);
    - 2 melhores equipas de Veteranos (Vet I M/F, Vet II M/F, Vet III M/F; Vet IV M/F)
  - b) Orientação em BTT
    - a melhor equipa Jovens (Inic.M/F, Juv.M/F, Cad. M/F, Jun.M/F);
    - a melhor equipa Seniores (M/F);
    - a melhor equipa de Veteranos (Vet I M/F, Vet II M/F, Vet III M/F; Vet IV M/F)

5. As pontuações a que se refere o ponto anterior são obtidas de acordo com fórmula de cálculo da classificação dos atletas (art.º 22.º), à qual se aplicam os seguintes factores de ponderação:
  - a) As pontuações das equipas seniores são contabilizadas a 400% (multiplicadas por 4);
  - b) As pontuações das equipas jovens são contabilizadas a 300% (multiplicadas por 3);
  - c) A pontuação das equipas de veteranos são contabilizadas a 200% (multiplicada por 2).
6. Para efeitos da classificação colectiva, no Campeonato Absoluto a pontuação de cada atleta que dispute a Final A é contabilizada a 150% (multiplicada por 1,5) e nenhum atleta terá menos de 80 pontos. Nos restantes percursos, dada a especificidade do CNA, não são aplicados os factores de ponderação previstos nas alíneas a), b), c) e d) do ponto 3 deste art.º, sendo que aos vencedores dos escalões com atletas nas finais A serão atribuídos 80 pontos e aos vencedores dos escalões sem atletas na final A serão atribuídos 100 pontos.

## Secção V - Circuitos Nacionais em fase experimental

### Artigo 39.º - Circuito Nacional Urbano

1. O Circuito Nacional Urbano (CiNU) engloba um conjunto de eventos de um dia com características de sprint ou distância média em ambiente urbano disputados em uma ou duas mangas.
2. A estrutura de escalões de competição e formação será idêntica à dos eventos da Taça de Portugal com apenas 2 escalões abertos (open curto e open longo) tal como ocorre nos sprints enquadrados na Taça de Portugal. A única excepção será a integração dos escalões 21B em 21A.
3. A classificação de cada evento será obtida por somatório de tempos de cada manga, mesmo que tenham características diferentes (distância média e sprint).
4. A última prova do CiNU será uma Final a realizar numa única manga de sprint. Poderá ser realizada outra manga inicialmente mas sem carácter competitivo e servindo apenas de preparação para a final.
5. Os apuramentos para a Final terão em conta as melhores pontuações de cada atleta em 50% dos eventos realizados (caso seja número ímpar, o arredondamento será por defeito).
6. O sistema de pontuação em cada prova será baseado no sistema de pontuação do World Ranking embora sem a componente de desvios padrões, uma vez que o CiNU irá incluir provas de características similares. Será adicionado o factor de qualidade dos atletas presentes. Será utilizado o ranking de Taça de Portugal de cada escalão conforme definido à data do fecho de inscrições da prova em questão do CiNU. A fórmula irá englobar apenas os 10 primeiros de cada escalão e atribuirá maior pontuação quanto maior for o número de atletas dos 10 primeiros de cada escalão que estejam presentes. O 1.º do ranking vale 10 pontos, o 2.º vale 9 e assim sucessivamente até ao 10.º que vale 1 ponto. Assim será usada a fórmula:

$$\text{Pontuação} = (\text{Tempo atleta} / \text{Tempo vencedor} + (\text{Pontos Top10 Presente} / \text{Pontos Total Top10} \times 0,2)) \times 100$$

Exemplo: atleta que faria 90 pontos numa prova normal e que terá diferentes presenças consoante os casos:

- a) Estão presentes os 10 primeiros do ranking: pontuação obtida  $(0,90 + 55/55 \times 0,2) \times 100 = 110$  pontos
  - b) Estão presentes os 3 primeiros do ranking e nenhum do 4.º ao 10.º: pontuação obtida  $(0,90 + 27/55 \times 0,2) \times 100 = 99,8$  pontos
  - c) Estão presentes o 8.º, 9.º e 10.º do ranking e nenhum do 1.º ao 7.º: pontuação obtida  $(0,90 + 6/55 \times 0,2) \times 100 = 92,2$  pontos
  - d) Não está presente nenhum dos 10 primeiros do ranking: pontuação obtida  $(0,90 + 0/55 \times 0,2) \times 100 = 90$  pontos
7. A Final irá ser disputada em 6 grupos etários diferentes:
    - a) Jovens Femininos e Jovens Masculinos - apurando os melhores 6 de D/H20, os melhores 3 de D/H18 e o melhor de D/H16;
    - b) Seniores Femininos e Seniores Masculinos - apurando os 9 melhores de Elite e o melhor de 21A;

- c) Veteranos Femininos e Veteranos Masculinos - apurando os 4 melhores de 35, os 3 melhores de 40, os 2 melhores de 45 e o melhor de 50.
  - d) Serão também apurados os campeões dos circuitos urbanos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, caso estes sejam apurados, podendo cada final atingir um número máximo de 12 participantes.
8. Os participantes da prova final que estejam fora das 6 finais a disputar irão participar em grupos etários similares (Jovens Femininos B, Jovens Masculinos B, Seniores Femininos B, Seniores Masculinos B, Veteranos Femininos B e Veteranos Masculinos B), para além dos escalões abertos e dos escalões que não apuram para a final - D/H10, D/H12, D/H14, D/H55, D/H60, H65 e H70.

#### Artigo 40.º - Circuito Nacional de Estafetas

1. O Circuito Nacional de Estafetas (CiNE) engloba um conjunto de eventos de um dia disputado no formato de estafetas.
2. O CiNE não terá nenhuma final sendo o clube vencedor de cada grupo etário, o clube que some mais pontos em n-1 provas, sendo n o total de provas do CiNE num determinado ano.
3. Os grupos etários que apuram os clubes campeões de estafetas são os seguintes:
  - Jovens Femininos;
  - Jovens Masculinos;
  - Seniores Femininos;
  - Seniores Masculinos;
  - Veteranos Femininos;
  - Veteranos Masculinos
4. Não há qualquer obrigatoriedade de constituir equipas fixas em provas diferentes. Cada clube pode formar as equipas livremente em cada grupo etário, pontuando em cada evento a equipa melhor colocada em representação desse clube.
5. Os pontos serão apurados através da fórmula simples:
 
$$\text{Pontuação} = (\text{Tempo vencedor} / \text{Tempo atleta}) \times 100$$
6. O Campeonato Nacional de Estafetas será uma das provas a contar para a pontuação final do circuito contando da mesma forma que os outros eventos, embora agregando os resultados das várias categorias competitivas em jovens e em veteranos, podendo originar várias pontuações máximas nessa prova.

#### Secção VI - Provas Locais

##### Artigo 41.º - Condições gerais das Provas Locais

Para poderem figurar no Calendário FPO, as Provas Locais têm de preencher as condições previstas na lei para a realização de eventos desportivos, bem como as condições previstas nos seguintes artigos e números e/ou alíneas:

- a) 10.º (seguro);
- b) 13.º, n.º 2 (adaptação dos percursos aos atletas a quem se destinam);
- c) 14.º (características dos percursos abertos), com as necessárias adaptações em função do tipo de prova;
- d) 18.º (patrocínios e publicidade);
- e) 19.º (divulgação dos eventos), com as necessárias adaptações em função do tipo de prova;
- f) 20.º (divulgação de resultados);
- g) 29.º, n.º 5 (obrigatoriedade de usar capacete nas provas de O-BTT).

##### Artigo 42.º - Formato

1. O formato das Provas Locais pode ser livremente definido pelos seus organizadores.
2. Podem ser organizadas provas ou percursos em formato tradicional ou em formato livre em qualquer disciplina com características invulgaes desde que respeitando a essência da modalidade e com conhecimento/autorização da FPO:



## Secção VII - Rankings FPO

### Artigo 43.º - Ranking Individual FPO

1. O Ranking Individual FPO é organizado por escalões e género e decomposto em Orientação Pedestre e Orientação em BTT.
2. Em cada prova em que participem, os atletas obtêm pontuações calculadas de acordo com a fórmula de cálculo da classificação dos atletas (art.º 22.º), sendo considerado vencedor do percurso, o melhor atleta que esteja filiado na FPO.
3. Os dois níveis de provas da Taça de Portugal têm, para efeitos da pontuação no ranking, ponderações diferentes:
  - a) As provas de nível 1 têm ponderação 1 (100%), à excepção da Final A do Campeonato Nacional Absoluto, que tem ponderação 1,1 (110%)
  - b) As provas de nível 2 têm ponderação 0,9 (90%).
4. Quando um atleta for desclassificado ou não concluir a sua prova, ser-lhe-á atribuída, nesse percurso, pontuação igual a 10 pontos.
5. A pontuação de participação (25 pontos) será atribuída aos atletas que participem e concluam o percurso em escalão diferente daquele em que estejam inscritos na época em curso ou em caso de terem obtido uma pontuação real inferior a 25 pontos.
6. A pontuação efectivamente obtida será atribuída aos atletas que participem e concluam o percurso no seu escalão de inscrição na FPO.
7. Os atletas que fiquem impossibilitados de participar em percursos das provas que integram o Ranking Individual em virtude de estarem em representação de Portugal, integrando Seleções Nacionais, bem como os que estiverem envolvidos na organização ou supervisão de provas integrantes do Calendário FPO, terão nesses percursos pontuação igual à média aritmética referida no número seguinte.
8. A média aritmética será calculada com base nas melhores pontuações obtidas nas presenças que contribuam para a pontuação final, dividindo a soma dessas pontuações pelo número de percursos considerados para o Ranking Individual.  
Se a organização for de nível 1, o atleta obterá a média aritmética. Se a organização for de nível 2, o atleta obterá a média aritmética após multiplicada por um factor de 0.9.
9. O limite de pontuações por média aritmética, referido no n.º 7, é de quatro em todos os casos.
10. Para efeitos do Ranking Individual FPO, são considerados e contabilizados 60% do número de percursos que contam para a elaboração dos respectivos rankings. Sendo o valor obtido arredondado à unidade significativa.
11. No caso em que um atleta exceda o número de percursos indicado no ponto anterior, os percursos excedentários não serão contabilizados, sendo excluídos sempre os piores resultados. Nos restantes casos são considerados todos os resultados.
12. Um atleta que não participe em nenhum percurso não figurará no Ranking Individual FPO.
13. Em caso de igualdade na pontuação final do Ranking Individual FPO, prevalecerá como melhor classificado o atleta que tenha obtido o maior número de melhores resultados. Mantendo-se o empate, considera-se a segunda melhor pontuação e assim sucessivamente. Subsistindo ainda o empate, será melhor classificado o atleta que obtenha o menor tempo no somatório dos tempos dos percursos em que ambos tenham participado conjuntamente, desde que se tenham classificado.

### Artigo 44.º - Ranking de Clubes FPO

1. O Ranking de Clubes FPO é organizado por disciplina (Pedestre e BTT).
2. Contam para o Ranking de Clubes todas as classificações obtidas nas provas da Taça de Portugal, calculadas conforme previsto no artigo 38.º, sendo que a classificação é feita com base nos pontos que os atletas do clube têm para o seu ranking individual.
3. O Troféu FPO será atribuído aos 3 primeiros clubes da época desportiva em cada um dos Rankings de Clubes.
4. O Clube organizador é pontuado nas suas organizações pela média dos pontos colectivos a apurar no final da época desportiva e num máximo de 4 etapas, mesmo que haja atletas desse clube em competição. A média será apurada para o número de provas complementar à pontuação final tal como é apurada para os rankings individuais. A média para os clubes que organizem eventos de nível 2 será ponderada com um factor 0,9 tal como acontece na classificação individual sendo a pontuação obtida em qualquer evento de nível 1 considerada por inteiro.

5. Caso um clube organizador exceda os 4 percursos organizados, a pontuação que obtém nos outros percursos que organize, será aquela que os seus atletas, participantes nesse percurso, venham a obter.

## **Título IV - Controlo da qualidade e regularidade das provas**

### **Artigo 45.º - Âmbito**

1. A obrigatoriedade de supervisão das provas aplica-se a todas as provas de Taça de Portugal.
2. A supervisão das provas reveste-se da forma de controlo prévio, durante a prova e posterior, através da ação do Supervisor.
3. Para além da ação do supervisor é efectuado um controlo de qualidade posterior à prova pela Comissão de Avaliação de Provas.
4. As Provas Locais e Circuitos Nacionais não estão sujeitas a controlo.

### **Artigo 46.º - Controlo prévio**

1. Todas as Provas da Taça de Portugal têm de ser controlados previamente por um Supervisor nomeado pelo Conselho de Arbitragem da FPO.
2. O Supervisor é responsável por fiscalizar a correcta aplicação das regras deste regulamento e demais regulamentação aplicável, nomeadamente os regulamentos IOF para Orientação Pedestre e Orientação em BTT.
3. O Supervisor deve trabalhar em estreita colaboração com os organizadores, que lhe devem fornecer toda a informação relevante.
4. Sem prejuízo de outras previstas no Regulamento de Controlo e Arbitragem de Provas, as tarefas do Supervisor são:
  - a) Aprovar o terreno para a competição;
  - b) Aprovar o centro do evento;
  - c) Aprovar os boletins de divulgação;
  - d) Verificar a existência de alojamento em solo duro, local de banhos adequado, sanitários na área de concentração, eventuais transportes e estacionamento;
  - e) Aprovar o cronograma do evento;
  - f) Aprovar o organograma dos organizadores;
  - g) Aprovar a zona das partidas, das chegadas e de estacionamento;
  - h) Aprovar os percursos depois de verificar a sua qualidade e níveis de dificuldade;
  - i) Aprovar a divulgação das listas de partida;
  - j) Verificar o espaço disponibilizado para a comunicação social, se aplicável;
  - k) Verificar o espaço disponibilizado para o controlo anti doping, se aplicável;
  - l) Observar a correcta utilização do material da FPO.

### **Artigo 47.º - Controlo da regularidade da prova**

1. O controlo da regularidade da prova, que compreende as normais tarefas atribuídas a um árbitro e é efectuado pelo Supervisor e pelo Júri Técnico.
2. Os procedimentos de controlo da regularidade da prova processam-se de acordo com o RACP.
3. O Júri Técnico é composto por 3 membros efectivos, nomeados pelo Supervisor.
4. O recurso das decisões do Júri Técnico é submetido directamente ao Conselho de Arbitragem.

### **Artigo 48.º - Controlo posterior da qualidade da prova**

1. O controlo posterior da qualidade da prova será feito por uma Comissão de Avaliação de Provas (CAP), nos termos definidos no RACP.
2. Os relatórios da CAP são apresentados à Direção da FPO, com cópia para o supervisor e para os organizadores da prova.

## **Título V - Ética e *fair play***

### **Artigo 49.º - Código de ética e *fair play***

1. As pessoas que praticam orientação devem agir com honestidade e *fair play*.

2. Os atletas devem mostrar respeito por todos e por cada um (atletas, organização, técnicos, representantes das entidades presentes, jornalistas, público e habitantes da área de competição) em todas as circunstâncias.
3. A verdade desportiva deve ser o princípio que rege a interpretação e aplicação das normas deste e outros regulamentos por parte de atletas, organizadores e árbitros (supervisor e júri técnico).
4. Os atletas devem portar-se dignamente na área de competição. Não devem influenciar outros atletas, nem ajudar na navegação.
5. Nas provas individuais, os atletas devem navegar e progredir sozinhos.
6. Não é permitido receber ajuda, excepto em caso de manifesta necessidade.
7. A dopagem é proibida conforme normas em vigor (consultar Regulamento Anti Dopagem).
8. Se o local de competição não for conhecido e não for divulgado, deve ser mantido em segredo pelos organizadores e pelos restantes intervenientes. Em todos os casos, os percursos devem ser mantidos em absoluto segredo.
9. Qualquer tentativa de conhecer o terreno ou treinar na área de competição é proibida e implica impedimento de participar na mesma, excepto se houver indicações dos organizadores viabilizando o acesso à zona de competição.
10. Os organizadores não devem autorizar a participação em escalões ou categorias de competição de quem tenha obtido vantagens competitivas ilícitas (exemplo: acesso a mapas novos ou ficheiros de percursos antes da realização do evento). Esta participação só poderá ocorrer extra competição.
11. Os atletas só podem retirar o seu mapa do cesto após ouvirem o sinal sonoro do momento da partida (minuto -1 para Orientação em BTT).
12. Depois de terminarem a competição, os atletas não devem partilhar o mapa nem outras informações do percurso com os que ainda não partiram.
13. Depois de terminarem o percurso, os atletas estão proibidos de voltar a entrar na área de competição, excepto se autorizados pelos organizadores.
14. Os meios de comunicação social, o Supervisor ou elementos dos organizadores podem estar na área de competição e próximo dos pontos de controlo, desde que não prejudiquem ou beneficiem a prestação dos atletas.
15. É obrigatório o respeito pelas áreas privadas, interditas, zonas agrícolas e de cultivo, passagens obrigatórias, e todas as indicações relacionadas dadas pelos organizadores.
16. É fundamental o respeito ambiental no local da prova (especialmente na arena pela intensidade de utilização) e pelas populações locais.
17. É fundamental respeitar todas as normas gerais da proteção da floresta e naturalmente não deitar nem deixar lixo na floresta ou zonas envolventes.
18. Deve ter-se uma atitude correcta e educada nos lugares complementares da prova: centro do evento, arena, solo duro, balneários, casas de banho, etc. No solo duro é importante respeitar o descanso de todos os outros e os horários estabelecidos, bem como deixar os espaços da mesma forma em que foram encontrados.
19. Estacionar apenas em zonas indicadas e adequadas para o efeito, seguindo as indicações dos organizadores.

## **Título VI - Disposições finais e transitórias**

### **Artigo 50.º - Conflitos de normas**

Em caso de conflito entre as normas do presente regulamento e as constantes noutros regulamentos, prevalecem as primeiras.

### **Artigo 51.º - Casos omissos**

Para os casos omissos no presente regulamento, aplica-se o previsto nos regulamentos IOF para Orientação Pedestre e Orientação em BTT.



## Orientação de Precisão

---

### Artigo 52.º - Definição

1. A Orientação de Precisão é uma disciplina que visa a capacidade de interpretação dum mapa e da sua relação com o terreno. Cada atleta visita, numa dada sequência, os pontos de controlo dispostos no terreno usando o mapa que lhes é fornecido e decide quais as balizas correspondentes àqueles dispostas no centro dum círculo desenhado no mapa de prova. A decisão é registada num cartão de controlo.
2. O meio de deslocação pode ser:
  - a pé;
  - em cadeira de rodas, manual ou eléctrica;
  - de outra forma, dentro dos tipos de apoio reconhecidos à mobilidade.Os veículos movidos a motor de combustão não são permitidos, assim como veículos eléctricos desenhados para mais do que um ocupante.
3. A tipologia das provas de Orientação de Precisão pode distinguir-se com base nos seguintes elementos:
  - Natureza da prova
    - Individual (o participante compete sozinho)
    - Por equipas (baseia-se na combinação da pontuação de dois ou mais participantes)
  - Determinação do resultado
    - Prova com etapa única (o resultado da etapa é o resultado final)
    - Prova com mais do que uma etapa (o conjunto de resultados de duas ou mais provas, disputadas num ou em mais do que um dia, determinam o resultado final)
4. Os termos em que as provas decorrem compreendem todos os aspectos duma prova tradicional de Orientação, nomeadamente as questões organizativas com a determinação duma grelha de partidas, a reunião de responsáveis de equipa e a cerimónia de entrega de prémios.
5. Por “Responsável de Equipa” entendem-se os técnicos, dirigentes, treinadores, acompanhantes ou outras entidades relacionadas directamente com o concorrente ou com a equipa.

### Artigo 53.º - Disposições Gerais

1. As regras a seguir expostas, bem como os Anexos, aplicam-se às provas da Taça de Portugal de Orientação de Precisão.
2. A correção desportiva deve constituir o princípio básico da interpretação deste conjunto de regras por parte dos atletas, dos organizadores e dos Supervisores.
3. A Comissão Técnica de Orientação de Precisão da Federação Portuguesa de Orientação pode decidir-se pela aplicação de normas especiais a aplicar: por exemplo, o Regulamento Anti-Doping, as Regras para o Traçado de Percursos e a Descrição dos Pontos de Controlo, as normas em matéria de controlo médico-desportivo.
4. A Comissão Técnica de Orientação de Precisão da Federação Portuguesa de Orientação pode revogar estas regras e regulamentos. O pedido de autorização para tal revogação deverá dar entrada na Secretaria da Federação Portuguesa de Orientação com um mínimo de três meses de antecedência em relação à data prevista para a competição a que se aplica.

### Artigo 54.º - Categorias

1. As provas disputam-se nas categorias Aberta e Paralímpica.
2. Cada filiado na Federação Portuguesa de Orientação, sem distinção de sexo, idade ou capacidade / incapacidade tem o direito a inscrever-se na categoria Aberta.
3. Apenas os atletas portadores de incapacidade física permanente que lhes confira uma desvantagem significativa têm direito a inscrever-se na categoria Paralímpica. Estes, de forma implícita, estarão igualmente inscritos na categoria Aberta.
4. As provas podem prever percursos / categorias com diferentes graus de dificuldade.

### Artigo 55.º - Participação

Todos os atletas que solicitem assistência para a deslocação, devem ser acompanhados por um elemento providenciado pela Organização. O acompanhante pode auxiliar na deslocação de mais do que um atleta. Os atletas podem ser acompanhados por assistente

próprio: tais assistentes não devem ajudar, de forma alguma, na leitura do mapa nem na identificação dos pontos de controlo, na análise ou no processo de decisão. Os organizadores podem limitar o acompanhamento ao período de tempo necessário para a competição. Os acompanhantes não podem perturbar a concentração dos atletas.

#### Artigo 56.º - Treino e Model Event

Antes da prova, a Organização poderá oferecer a oportunidade dum aquecimento numa parte do percurso que funcionará como Model Event e que servirá para ilustrar o tipo de terreno, a qualidade do mapa e a disposição dos pontos de controlo.

#### Artigo 57.º - Ordem de Partidas

1. As partidas podem ser:

- Livre
- Por categorias
- Em massa

2. Numa partida por categorias, os atletas partem individualmente de acordo com uma ordem pré-estabelecida. O intervalo de partidas é de 2 minutos, mas poderá variar mediante aprovação do Supervisor FPO. A Lista de Partidas deverá ser validada pelo Supervisor FPO e colocada à disposição dos atletas com a adequada antecedência.

#### Artigo 58.º - Terreno

1. O terreno deve ser adaptado ao desenvolvimento de percursos competitivos de Orientação de Precisão de nível adequado.
2. A escolha do terreno deve levar em conta os atletas com menor mobilidade, as pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas e aqueles que se deslocam lentamente e com dificuldade, de tal forma que todos possam completar a prova dentro do tempo previsto.

#### Artigo 59.º - Mapa

1. Os mapas, o desenho dos traçados e o arranjo gráfico devem ser dispostos e impressos de acordo com as normas previstas nos princípios da IOF (ver Artigo 73.º).
2. A escala do mapa deve ser de 1:5.000 ou 1:4.000. Outras escalas podem ser utilizadas em provas de tipo promocional. Todos os mapas duma prova, incluindo aqueles para os pontos cronometrados, devem utilizar a mesma escala.

#### Artigo 60.º - Percursos

1. Devem ser seguidos os princípios para o traçado de percursos descritos no Apêndice 1 do documento "IOF Trail Orienteering Competition Rules 2011" presente no site da IOF "[www.orienteering.org](http://www.orienteering.org)" (ver Artigo 73.º).
2. O nível dos percursos deve ser adequado ao tipo de prova. Deve ser levada em linha de conta a capacidade de observação e de leitura detalhada do desenho do mapa e a capacidade de concentração dos atletas. Os percursos devem fazer apelo a diversas técnicas de Orientação.
3. A distância dos percursos deve ser medida tendo em conta a distância efectiva desde a partida, ao longo do percurso e até à chegada. Normalmente não deverá ultrapassar os 3.500 metros.
4. Os trilhos não transitáveis por atletas em cadeira de rodas, devido à sua largura, raízes salientes, árvores caídas ou outras superfícies inadequadas, devem ser interditos e devidamente assinalados no terreno.
5. A distância total deve ser dada em metros, calculada ao longo do percurso efectivo.
6. Normalmente num percurso o declive não deve ultrapassar os 14% em mais de 20 metros. A inclinação transversal não deve superar os 8%.

#### Artigo 61.º - Partidas

1. Na zona de partidas apenas são permitidos os atletas que ainda não partiram, bem como eventuais acompanhantes autorizados.
2. Poderá haver uma pré-partida, sem levar em conta o tempo de duração da prova.
3. Na zona de partidas deve estar presente um relógio que mostra aos atletas a hora da prova; os atletas devem ser chamados dentro da hora determinada.
4. É da responsabilidade do atleta verificar que o mapa fornecido corresponde à sua categoria. No mapa, de forma suficientemente visível, deve constar a categoria.

5. Aos atletas atrasados em relação ao próprio horário de partida deve ser dada a possibilidade de partir, desde que os retardatários se apresentem na zona de partidas antes da hora prevista para a saída do último atleta. Os organizadores deverão determinar a nova hora de partida, tendo em consideração a possível influência sobre os restantes atletas.

#### Artigo 62.º - Áreas e trilhos interditos

1. Os participantes envolvidos na realização do evento - atletas, técnicos, dirigentes, acompanhantes, etc. - devem respeitar escrupulosamente todas as determinações da Organização no sentido da proteção do ambiente e quaisquer outras instruções dadas pela própria Organização.
2. Na área de prova, todas as estradas, trilhos, caminhos e percursos assinalados são interditos ao trânsito. Quaisquer outras áreas ou estradas proibidas devem ser indicadas nos comunicados distribuídos e estarem devidamente assinaladas no mapa. Se necessário, deverão igualmente ser assinaladas no terreno. Aos atletas não é permitido invadir essas áreas.
3. Percursos obrigatórios, passagens obrigatórias e travessias devem ser assinaladas no mapa e no terreno. Quaisquer secções balizadas ao longo do percurso devem ser cumpridas na íntegra.

#### Artigo 63.º - Sinalética

1. A localização precisa do ponto de controlo indicado no centro do círculo, deve ser correctamente definida na descrição do ponto.
2. A descrição dos pontos deve ser feita por intermédio de símbolos, de acordo com a Sinalética da IOF.
3. Na coluna B da Sinalética, o número de balizas em cada um dos grupos será indicado por intermédio de letras (por exemplo: A-E para cinco balizas).
4. Uma seta na coluna H indica, se necessário, a direcção da observação do grupo de balizas desde o ponto de decisão.
5. A Sinalética, dada na ordem correcta para o traçado do percurso de cada atleta, deve estar fixada ou impressa na parte da frente do mapa.

#### Artigo 64.º - Disposição e estrutura dos pontos de controlo

1. Na proximidade do ponto é colocado um grupo de balizas, das quais uma poderá ser a correcta.
2. As balizas deverão ser colocadas de modo a serem visíveis (no mínimo, um terço de cada baliza) do ponto de decisão por concorrentes que estejam sentados.
3. Cada grupo de balizas deve estar disposto com uma altura uniforme.
4. O ponto de decisão deverá estar assinalado no terreno mas não constará no mapa.
5. As balizas são designadas, por convenção, da esquerda para a direita, "A", "B"... "E", a partir do ponto de decisão. Este aspecto é fundamental para a determinação da baliza correcta. No caso de nenhuma das balizas estar correcta, a resposta acertada é "Z".

#### Artigo 65.º - Cartão de controlo e picotagem

1. O cartão de controlo deve satisfazer as seguintes condições:
  - Deve ser feito de material resistente ou estar protegido
  - Cada quadrícula deve ter, no mínimo, 13 mm de lado
  - Deve ser disponibilizado em cópia dupla e permitir a picotagem automática das duas cópias.
2. O cartão de controlo deve ser entregue integralmente na chegada e a segunda parte será restituída, como referência, após a partida do último atleta.
3. O picotador pode pertencer ao atleta ou ser fornecido pela Organização.
4. É da responsabilidade do atleta a picotagem em cada ponto, a fim de registar a resposta que entende como correcta. Caso se trata da baliza mais à esquerda, a picotagem deverá ser feita na quadrícula "A", e assim sucessivamente. Se nenhuma das balizas é a correcta, deverá ser picotada a quadrícula "Z". As picotagens devem ser feitas na sequência respectiva.
5. A picotagem correcta do cartão de controlo é da responsabilidade dos atletas, mesmo nos casos em que a mesma seja feita pelo acompanhante ou pelos organizadores (como também nos pontos cronometrados).

6. Cada quadrícula que possua mais do que uma picotagem, ou nenhuma, ou que não permita identificar de forma inequívoca a resposta, é considerada errada.
7. Não são permitidas alterações de picotagem.
8. Os atletas que percam o próprio cartão de controlo não serão classificados.

#### Artigo 66.º - Equipamento

1. A escolha do vestuário e do calçado é livre.
2. Os peitorais, se previstos, devem estar claramente visíveis e não poderão ser dobrados ou recortados.
3. Durante a prova, os suportes à navegação permitidos são apenas o mapa, a sinalética e a bússola.
4. Não são permitidas ajudas de meios mecânicos ou electrónicos, para além dum odómetro e dum relógio.
5. Na zona de provas não poderão ser utilizados equipamentos electrónicos de telecomunicações, salvo em caso de emergência. Qualquer outro uso de equipamento electrónico de telecomunicações poderá acarretar a desclassificação do atleta e da sua equipa.

#### Artigo 67.º - Pontos cronometrados

1. Na prova devem ser incluídos no mínimo dois pontos cronometrados, cujo tempo de decisão é registado no cartão de controlo. Estes podem estar colocados em qualquer ponto do percurso, nomeadamente antes da partida oficial ou após uma pré-chegada. Para cada um dos pontos cronometrados é utilizado um mapa em separado.
2. A informação sobre a localização exacta do ponto cronometrado não deve estar referenciada no mapa.
3. Nos pontos cronometrados o atleta deve, preferencialmente, estar sentado e numa posição tal que lhe permita observar todas as balizas. Quando se inicia a contagem de tempo, deve ser entregue ao atleta ou colocada à sua disposição a porção do mapa, orientada na direcção correcta para a leitura, que mostra a área relevante, uma evidente linha de norte e o círculo, com a descrição dos pontos.
4. Nos pontos cronometrados, a tomada de tempo é feita quando é dada uma resposta clara. A resposta pode ser dada apontando a letra numa tabela fornecida ou utilizando o alfabeto fonético internacional (Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo). Nos pontos cronometrados não são permitidas respostas "Z".
5. Nos pontos cronometrados é permitido o tempo máximo de um minuto. No cartão de controlo é registado quer o tempo gasto quer a resposta fornecida.
6. O tempo será arredondado por defeito ao segundo. Deve estar presente, no mínimo, um cronometrista. No caso de haver dois cronometristas, o registo deve ser feito pela média de tempos.
7. Ao atingir-se o 50º segundo, o atleta deve ser avisado de que faltam 10 segundos para terminar a sua decisão.

#### Artigo 68.º - Chegada e tempo de prova

1. Para um atleta, a prova termina ao ultrapassar a linha de chegada.
2. O tempo gasto entre a partida e a chegada, dentro dum limite máximo estabelecido, é irrelevante para o resultado final da prova.
3. O corredor de chegada pode ser balizado.
4. Quando um atleta cruza a linha de chegada, deve entregar o cartão de controlo e, se exigido pela Organização, também o mapa.
5. A Organização deve estabelecer um tempo máximo para a execução de cada um dos percursos, calculado da seguinte forma: 3 minutos por cada ponto de controlo + 3 minutos por cada 100 metros de prova. Por indicação do Supervisor, um tempo adicional poderá ser dado face a condições adversas do terreno (excepcionais desníveis, superfícies pouco transitáveis ou outros factores).
6. O atleta que supere o limite de tempo será penalizado com um ponto por cada cinco minutos de atraso.

### Artigo 69.º - Classificação

1. Cada controlo identificado correctamente vale um ponto (inclusive os controlos cronometrados).
2. Nos pontos cronometrados cada resposta correcta vale um ponto se dada dentro do tempo limite de 60 segundos. Uma resposta errada vale zero pontos e confere uma penalização de 60 segundos que é acrescentada ao tempo gasto a dar a resposta. A ausência de resposta dentro do tempo limite não confere nenhum ponto e acarreta uma penalização de 120 segundos.
3. Os tempos registados no somatório dos pontos cronometrados é cumulativo.
4. Os atletas são classificados com base na sua pontuação. Em caso de igualdade pontual, a classificação é obtida tendo por base o tempo cumulativo por ordem crescente.
5. Qualquer controlo que seja considerado pelo júri como incorrectamente marcado, será eliminado da prova para todos os atletas. Quando um ponto cronometrado é eliminado, o tempo gasto na resposta deixa de ser válido para a classificação final.
6. No caso de haver dois atletas com o mesmo número de pontos e igual tempo gasto nos pontos cronometrados deve ser atribuída a mesma classificação.
7. No final da prova a Organização pode fornecer aos atletas um mapa com as soluções.

### Artigo 70.º - Fair Play

1. Todas as pessoas que tomem parte numa prova de Orientação devem comportar-se com lealdade e honestidade. Devem ter um comportamento desportivo e um espírito de amizade. Os atletas devem mostrar respeito mútuo. Os atletas que se deslocam em cadeira de rodas devem ter prioridade no acesso aos pontos de controlo em relação aos atletas auto-suficientes. Durante a prova os atletas não devem trocar impressões entre si e manter-se em silêncio.
2. Não é permitido obter assistência técnica durante a prova por parte de outros atletas ou acompanhantes ou fornecê-la a outros atletas. Todavia é dever de todos os atletas prestar auxílio a um atleta ferido ou àqueles que tenham necessidade de apoio físico em caso de incidente.
3. O Doping é proibido. O Regulamento Anti-Doping aplica-se a todas as competições no âmbito da FPO. Os organizadores podem exigir informações sobre prescrições farmacológicas.
4. Não é permitida qualquer tentativa de revelar o terreno ou de treinar no mesmo. Qualquer tentativa no sentido de obter informação inerente ao traçado, para além da fornecida pela Organização, é interdita, quer antes quer no decorrer da prova.
5. A Organização deverá afastar da prova todos os atletas para quem o terreno ou o mapa sejam de tal forma familiares que isso lhes proporciona significativa vantagem sobre os adversários. Em caso de dúvida, a decisão nesse sentido deverá ser tomada pelo Supervisor FPO.
6. Responsáveis de equipa, atletas e jornalistas ou fotógrafos devem respeitar os espaços a eles reservados pela Organização.
7. Responsáveis de equipa e outras pessoas presentes no terreno de prova (por exemplo, jornalistas e fotógrafos) não deverão perturbar ou ajudar os atletas, excepção feita ao dever de assistência física.
8. Depois de ter terminado a sua prova, um atleta não poderá regressar ao terreno sem a devida autorização por parte da Organização. Um atleta que desista, deverá informar de imediato o Juiz de Chegadas e entregar o mapa e o cartão de controlo. Este atleta não deverá de algum modo interferir na prova ou auxiliar outros atletas.
9. Um atleta que infrinja qualquer regra ou que retire benefício duma infração pode ser desclassificado.
10. Pessoas estranhas à prova que infrinjam as regras estão sujeitas a ação disciplinar.

### Artigo 71.º - Júri da prova

O Júri da Prova deverá ser constituído e operará segundo o Regulamento de Arbitragem da FPO, com a regra acrescida de que deverá incluir, no mínimo, um elemento da categoria Paralímpica, se presente.

### Artigo 72.º - Documentos anexos

- Modelo de cartão de controlo (Anexo II)
- Modelo de Tabela de Classificação (Anexo III)



### Artigo 73.º - Documentação relacionada

- Trail-O Jury Guidelines 2011 (em inglês) (<http://orienteering.org/>)
- IOF Trail Orienteering Competition Rules 2011 (<http://orienteering.org/>)

### Artigo 74.º - Casos omissos

As questões omissas no presente Regulamento são decididas pela Direção da FPO.

## Corridas de Aventura (CA's)

---

### Capítulo I - Introdução

#### Artigo 75.º - Apresentação da disciplina de Corridas de Aventura

1. O presente Regulamento é válido para a disciplina de Corridas de Aventura (CA).
2. A modalidade base é a Orientação e as técnicas desportivas são obrigatoriamente não motorizadas.
3. As actividades e técnicas de progressão a realizar em cada etapa são em função das características da região e a sua escolha é da responsabilidade das organizações. Poderão ser Pedestre, BTT, Actividades Aquáticas, Manobras com Cordas, Tiro com Arco, Patinagem e similares, Jogos de cooperação e outras Actividades de Perícia.
4. Uma Corrida Aventura baseia-se na passagem por CP's (Abreviatura internacional para Check Points - Pontos de Controlo), distribuídos de forma equilibrada ao longo de cada etapa, sendo a classificação baseada no número de CP's realizados com sucesso e no tempo realizado.
5. As provas da Taça de Portugal de Corridas de Aventura (TPCA) regem-se por este regulamento.

### Capítulo II - Descrição dos eventos

#### Artigo 76.º - Quanto à duração

1. Tipo de prova:
  - a) Distância ultra-curta - inferior a 8 horas;
  - b) Distância curta - 8 a 12 horas de prova (1 dia de prova);
  - c) Distância média - 18 a 23 horas de prova (2 dias de prova);
  - d) Distância longa - superior a 23 horas (mais de 2 dias de prova).
2. Apenas em casos excepcionais, poderá a distância das provas da TPCA ser de distância ultra-curta, curta ou longa.
3. O calendário da TPCA deve conter um mínimo de 4 provas e um máximo de 6, sendo anualmente difundido pela FPO.
4. O percurso da prova deverá estar dimensionado para que a equipa primeira classificada do escalão Elite consiga fazer cerca de 90% dos CP's da prova.
5. Cada uma das provas deverá estar adaptada aos diferentes escalões em competição, que terão percursos diferentes. Assim:
  - Escalões Elite e Aventura - São escalões com percursos mais exigentes, tanto a nível físico como técnico, diferindo no número de elementos que constituem as equipas.
  - Escalão Promoção - este é o escalão de iniciação devendo as modalidades ser adaptadas a este nível, nomeadamente no que diz respeito às dificuldades físicas e técnicas. Este escalão fará um subconjunto de etapas definido pela organização.

#### Artigo 77.º - Etapas

1. Cada evento é constituído por várias etapas.
2. O número de etapas para cada tipo de prova deverá ser:
  - a) Distância ultra-curta - inferior a 4 etapas
  - b) Distância curta - entre 3 a 6 etapas
  - c) Distância média - entre 6 a 12 etapas
  - d) Distância longa - superior a 10 etapas

3. O número de CP's para as prova da TPCA deverá ser em média correspondente a 4 CP's por hora o que corresponde na distância média, a um número total de CP's compreendido entre 72 e 92 CP's
4. A distância mínima de cada etapa apenas poderá ser superior a 50% da distância máxima nos casos excepcionais em que a morfologia do terreno e/ou a especificidade do meio de progressão assim o exijam.
5. Todas as informações respeitantes às etapas (meio de progressão, material obrigatório, bonificações/penalizações, etc.) estarão especificadas no Raid-Book de cada evento, elaborado pela respectiva organização e que será entregue às equipas antes do início da competição. O Raid-Book é vinculativo e eventuais alterações serão devidamente anunciadas no Briefing às equipas no início da prova ou no início da respectiva etapa sob a forma de comunicado.
6. Para cada etapa é definido um período de funcionamento (hora de abertura e fecho da etapa). Os CP's dessa etapa só serão contabilizados para a classificação caso sejam realizados dentro do período de funcionamento da mesma.
7. Caso a chegada da equipa exceda em mais de 30 (trinta) minutos o tempo de fecho da etapa é desclassificada da mesma, não sendo contabilizados quaisquer CP's realizados durante essa etapa para efeitos de classificação.
8. O percurso em cada etapa é da escolha da equipa sendo fornecido pela organização um mapa com a zona de partida e chegada e os respectivos CP's devidamente assinalados. A progressão da equipa é feita em autonomia.
9. A classificação da prova corresponde à ordenação das equipas pelo maior número de CP's válidos realizados e em caso de empate pela que fizer menor tempo total de prova.

#### Artigo 78.º - Equipas e Escalões

1. **Escalão Elite** - As equipas são constituídas por 4 competidores. Regra geral em cada etapa estarão 3 elementos em prova e o 4º prestará assistência à equipa nos locais designados para tal pela organização. Excepcionalmente as etapas poderão ser para 2 elementos nos casos de progressão em canoa, ou para 4 elementos no caso das etapas em que o local de partida coincida com o local da chegada.
  - a. Apenas poderão participar no escalão de Elite equipas em que os atletas da equipa base em prova sejam filiados na FPO (pelo menos 2 atletas filiados na FPO por prova em 2012).
  - b. Nos Campeonatos Ibérico e Nacional, as equipas do escalão Elite serão compostas por 3 elementos sempre em prova e 1 elemento exclusivamente para a assistência.
  - c. Embora a classificação geral do escalão Elite englobe todas as equipas, poderão existir classificações parciais para equipas dos seguintes sub-escalões:
    - **Elite Mista** - Para que uma equipa seja considerada mista, deverão existir elementos do sexo masculino e elementos do sexo feminino a controlar pelo menos 50% dos CP's realizados pela equipa.
    - **Elite Feminina** - Para que uma equipa seja considerada feminina todos os elementos que a constituem deverão ser do sexo feminino.
    - **Elite Jovem** - Para que uma equipa seja considerada jovem, todos os elementos que a constituem deverão ter idade igual ou inferior a 21 anos no dia 31 de Dezembro de 2012.
    - **Elite Veterana** - Para que uma equipa seja considerada veterana, todos os elementos que constituem a equipa deverão ter idade igual ou superior a 45 anos no dia 31 de Dezembro de 2012.
  - d. Para que, numa determinada prova, exista um determinado sub-escalão, terão que existir pelo menos 3 equipas desse sub-escalão a participar nessa prova.
2. **Escalão Aventura** - As equipas são constituídas por 3 competidores. Em cada etapa estarão dois elementos em prova, o terceiro prestará assistência à equipa nos locais designados para tal pela organização. Excepcionalmente as etapas poderão ser para 3 elementos no caso das etapas em que o local de partida coincida com o local da chegada.
3. **Escalão Promoção** - As equipas deste escalão são constituídas por 2 a 5 elementos, sendo a assistência à equipa assegurada por um deles.
4. As equipas deverão indicar um chefe de equipa, que será o responsável por todos os contactos com a organização da prova.



5. As equipas serão identificadas pelo número de dorsal e pelo seu nome. Deverão manter o número do dorsal ao longo da época, e, no nome, poderão acrescentar ou retirar o(s) nome(s) do(s) patrocinador(es).

#### Artigo 79.º - Inscrições

1. No acto de inscrição, os elementos das equipas subscrevem as condições do presente regulamento.
2. Os valores de inscrição para as provas TPCA da época 2012 são os definidos no Anexo I.
3. As equipas de Elite e Aventura devem inscrever-se até doze dias antes do evento (até às 24h da penúltima segunda-feira antes da prova quando esta se inicia a um sábado). Para inscrições após o prazo definido acima e até ao prazo limite de inscrição definido pela organização a organização pode estabelecer um preço superior, correspondente aos valores indicados no Anexo I.
4. A idade mínima de participação é de 16 anos; todos os participantes menores de 18 anos devem apresentar uma declaração de autorização parental que lhes permita participar. A FPO subsidia a participação de atletas até 20 anos com 10€ de desconto no valor da inscrição por cada atleta no escalão Elite, de modo a incentivar a participação de mais atletas jovens no escalão principal de competição.
5. É da inteira responsabilidade dos participantes o julgamento das suas aptidões físicas e técnicas necessárias à participação na prova. A todos os participantes não federados é aconselhada a realização de um Exame Médico Desportivo.

#### Artigo 80.º - Assistência às equipas

1. A organização, transporte e logística da assistência é da responsabilidade das próprias equipas. O tempo que dura cada assistência é contabilizado no tempo de prova.
2. Nas áreas de transição indicadas pela organização, as equipas poderão fazer substituições (excepto para o escalão Elite nos Campeonatos Ibérico e Nacional), isto é, um dos elementos da equipa pode ceder o seu lugar ao elemento de assistência que é parte integrante da equipa, respeitando o número de elementos designados para a etapa que se inicia. Estas áreas correspondem às partidas/chegadas das etapas. Caso seja definido pela organização, poderá existir, de forma excepcional, assistência durante uma determinada etapa, sendo tal situação obrigatoriamente referida no Raid-Book.
3. O elemento de assistência deve ter um telemóvel disponível permanentemente cujo número será indicado no secretariado à Organização, para efeitos de contacto em caso de alguma emergência.
4. O elemento de assistência tem que estar habilitado para conduzir o veículo de assistência entre etapas, ou existir uma pessoa adicional à equipa que o assegure. É da inteira responsabilidade dos participantes o cumprimento do Código da Estrada, libertando a organização de responsabilidades criminal ou civil por quaisquer acidentes de viação.
5. O transporte dos elementos das equipas em veículos durante o decorrer da prova só deverá ocorrer em situações previamente estabelecidas e/ou situações de emergência devidamente autorizadas pela organização.

#### Artigo 81.º - Sistemas de controlo.

1. O registo da realização dos CP's poderá ser feito de forma electrónica com o sistema SPORTident, ou de forma manual por intermédio de cartão de controlo com alicate.
2. Nas provas em que o registo da realização de CP's e a cronometragem do tempo de prova são feitos pelo sistema de controlo SPORTident:
  - a. O tempo contabilizado para efeitos de classificação da equipa corresponde ao tempo de partida/chegada do último elemento da equipa.
  - b. Cada participante levará um microchip SPORTident (SICard), fixo ao pulso por uma pulseira inviolável. Os participantes que já possuam SICard deverão indicar o respectivo número aquando da inscrição. Os participantes que não possuam SICard poderão requerer o seu aluguer, mediante as taxas definidas pela FPO para a presente época. No escalão de Promoção apenas será utilizado um SICard por equipa, não necessitando de pulseira.
  - c. É da responsabilidade das equipas efectuar o correcto controlo dos CP's, devendo para tal todos os seus elementos introduzir os respectivos SICards no orifício existente na unidade de controlo e aguardar pelo sinal luminoso e acústico.

- d. Um intervalo de tempo superior a 3 minutos entre o primeiro e o último elemento da equipa a proceder ao controlo, invalida o CP.
  - e. Em caso de falha no sistema electrónico, ou nos pontos em que este não exista, a equipa deverá proceder à picotagem do CP nas quadrículas de reserva (R1, R2 ou R3) existentes no mapa.
  - f. Nas situações extraordinárias de falta de sistema de controlo (estação/picotador) no CP, a equipa deve reclamar o seu desaparecimento/incorrecta colocação, assim que chegar ao final da etapa ao controlador da organização aí presente. Caso seja decidido pela organização atribuir esse CP, será atribuído apenas às equipas que o reclamaram de imediato na chegada da etapa.
  - g. A perda do sistema de controlo (SICard) durante a etapa implica a perda de todos os CP's nele registados. A equipa deve solicitar à organização novo SICard.
  - h. Em caso de neutralização prevista pela organização a meio de uma etapa haverá uma estação SPORTident para registar a hora de chegada e outra estação para registo da hora de partida. Nas situações de neutralização não prevista pela organização, o tempo de neutralização será registado manualmente pelos controladores no local.
3. Nas provas da TPCA o registo da realização de CP's e a cronometragem do tempo de prova serão feitos obrigatoriamente pelo sistema de controlo SPORTident.

#### Artigo 82.º - Postos de controlo (CP's).

1. A generalidade dos postos de controlo (CP's) são facultativos podendo, no entanto, a organização definir CP's obrigatórios em cada etapa. Estes devem estar devidamente diferenciados no mapa e indicados no Raid-Book. A não realização de um CP obrigatório implica a desclassificação da equipa na etapa.
2. Poderão existir CP's com um horário de funcionamento específico, expressamente indicado no Raid-Book. Por defeito, todos os CP's duma etapa terão um horário de funcionamento coincidente com o horário de realização da etapa.
3. Os postos de controlo encontram-se numerados. A cada CP corresponderá um número único durante cada dia de prova.
4. A sinalética dos CP's é indicada no mapa segundo as regras da International Orienteering Federation, sendo no terreno materializados por um prisma de orientação equipado com uma base SPORTident e/ou picotador.

#### Artigo 83.º - Pontos de partida e chegada.

1. Para a realização da etapa os pontos de partida e chegada são obrigatórios. Estes estão devidamente assinalados no mapa e identificados no terreno pela presença de um controlador da organização.
2. Para cada etapa a hora limite de partida será de 30 minutos após o encerramento da etapa anterior. Na primeira etapa de cada prova, ou nas etapas que se seguem a neutralizações, a hora limite de partida poderá ser de até 30 minutos após a hora de início da etapa.
3. A partida da equipa é materializada pelo registo do instante da partida (controlo horário) introduzindo o SICard na unidade de controlo (estação de partida). Cada elemento da equipa regista o instante da partida (controlo horário) introduzindo o SICard na unidade de controlo (estação de partida). Segue-se a entrega dos mapas da etapa pelo controlador que registará a saída da equipa na folha de controlo. A equipa deve então abandonar a área de assistência. O seu regresso é interpretado como desistência da etapa excepto no caso do ponto de partida e chegada da etapa serem coincidentes.
4. Nas etapas em que seja necessário equipamento específico para realizar actividades (por ex. escalada), as equipas que, após consulta do mapa, optarem por não realizar a(s) actividade(s), podem deixar o equipamento na partida para ser recolhido pela sua assistência.
5. Na chegada da equipa, cada elemento regista o tempo de chegada introduzindo o SICard na unidade de controlo (estação de chegada) devidamente identificada para o efeito. O CP da chegada só será considerado caso seja controlado dentro do horário de funcionamento específico, expressamente indicado no Raid-Book.
6. Na última etapa, ou sempre que a organização assim o entender, haverá uma hora limite de controlo da chegada. Caso essa hora limite não seja respeitada, a equipa será desclassificada na etapa.

#### Artigo 84.º - Desistências de etapa, abandono da prova ou situações de acidente.

1. Uma equipa que não chegue dentro do horário previamente estabelecido no Raid-Book para a etapa, poderá optar ou ser obrigada a não realizar a seguinte ou as seguintes etapas. Não serão considerados os CP's dessa(s) etapa(s) sendo atribuído o tempo de funcionamento da etapa, para efeitos de classificação. Devem dirigir-se para a partida da etapa seguinte onde procedem ao controlo horário na respectiva estação de partida.
2. As equipas que queiram abandonar a prova devem fazê-lo no início ou final de uma etapa e devem comunicar a sua decisão à organização.
3. Caso uma equipa não consiga concluir uma etapa de forma autónoma será desclassificada nessa etapa. A equipa terá que contactar a organização para autorizar o resgate pela sua assistência.
4. A equipa deverá contactar a organização para que um atleta lesionado ou acidentado possa ser socorrido, não podendo este ser abandonado pelos colegas de equipa.
5. Uma equipa que fique incompleta (não consiga ter em prova o nº de elementos indicados no Raid-Book para a realização da etapa) poderá continuar em prova na situação de extra-competição, desde que nunca estejam menos do que dois elementos em prova e a organização o autorize.
6. A organização poderá por questões de segurança impedir a participação da(s) equipa(s) quer numa actividade de risco quer numa etapa.

#### Artigo 85.º - Meios de navegação e comunicações.

1. Todos os meios auxiliares de navegação por rádio ou satélite (Ex: GPS) são estritamente proibidos. A sua posse e/ou utilização levará à desclassificação da equipa.
2. A utilização de meios de comunicação móvel é proibida, excepto em situações de estrita emergência.
3. As equipas que transportem algum telemóvel em prova terão de o ter sempre desligado, caso contrário serão desclassificadas da etapa.

#### Artigo 86.º - Bonificações e Penalizações

1. A organização pode entender atribuir bonificações ou penalizações às equipas. As razões de tais atribuições devem ser divulgadas e justificadas.
2. As eventuais bonificações poderão ser devidas a:
  - a) Ajuda prestada a equipa ou membro de outra equipa em perigo no decurso da prova;
  - b) Outras indicadas no Raid-Book.
3. As penalizações mais frequentes serão:
  - a) Não transportar consigo o equipamento obrigatório para a etapa, indicado no Raid-Book: será deduzido um CP por cada item em falta;
  - b) Desrespeito pelas instruções dadas pela organização: desclassificação da etapa ou prova;
  - c) Não utilização ou colocação incorrecta dos meios de identificação (dorsal ou outros): dedução de um CP por cada situação;
  - d) Não utilização do equipamento de segurança: dedução de um CP por cada item em falta;
  - e) Transporte de dois elementos na mesma BTT: desclassificação da etapa;
  - f) Os elementos não transitarem juntos durante a etapa. Caso a equipa não consiga reagrupar em 3 minutos, será desclassificada da etapa.
  - g) Assistência fora dos locais previstos (sem autorização da organização): desclassificação da prova;
  - h) Outras indicadas no Raid-Book.

### Capítulo III - Equipamento

#### Artigo 87.º - Equipamento fornecido pela organização

1. A organização fornece o seguinte equipamento, quando necessário:
  - a) Equipamento para Tiro com Arco (arco, flechas e alvo);
  - b) Equipamento para as actividades náuticas (embarcação, pagaias e coletes auxiliares de flutuação);
  - c) Outro equipamento específico para actividades.
2. A organização pode decidir cobrar uma caução ou um aluguer pela cedência dos equipamentos, devendo previamente noticiá-lo.

3. As equipas são responsáveis pelos equipamentos cedidos pela organização durante o período de tempo em que estão à sua guarda.

#### Artigo 88.º - Equipamento obrigatório da equipa, a utilizar conforme indicações do RaidBook

##### Equipamento segurança

- 1 apito;
- 1 manta de sobrevivência por competidor;
- 1 kit de primeiros socorros contendo material de desinfeção, ligaduras, adesivo e pensos;
- 1 bússola;
- 1 cantil ou similar com a capacidade mínima de 0,75l por competidor;
- 1 forro polar ou similar por competidor;
- 1 casaco “corta-vento” por competidor.

##### Equipamento BTT

- 1 bicicleta tipo montanha (BTT) por competidor;
- 1 luz dianteira de BTT por competidor;
- 1 capacete para BTT (modelo homologado) por competidor; (pode ser usado noutras actividades de risco)
- 1 kit de reparação de BTT por equipa, que permita a autonomia da equipa em caso de avaria da BTT;

##### Equipamento Actividades Aquáticas

- 1 saco estanque de capacidade mínima 10 litros, por equipa
- 1 fato de neoprene, por competidor;

##### Equipamento Actividades Cordas

- 1 arnês;
- 1 mosquetão com segurança;
- 1 fita cosida (60 cm);
- 1 descensor;
- 1 par luvas para actividades de cordas (luvas em pele ou material resistente à fricção);

##### Equipamento Nocturno

- 1 lanterna ou frontal, que funcione, por competidor;
- 1 luz vermelha intermitente, que funcione, por competidor;

##### Outros Equipamentos

A indicar pela organização com 30 dias de antecedência no site da prova.

#### Artigo 89.º - Equipamento recomendado

##### Colectivo:

- 1 ciclómetro;
- 1 porta-mapas para BTT;
- 1 canivete;
- Sacos para o lixo;
- 1 relógio com cronómetro;
- Equipamento Actividades de Cordas para os restantes competidores (equipamento adicional que poderá ser vantajoso para a equipa na transposição de obstáculos);
- 2 pagaias.

##### Individual:

- Roupa adequada à época do ano;
- Calçado apropriado;
- Cobertura para a cabeça;
- Protector solar.

## Capítulo IV - Classificação e Prémios nas provas

#### Artigo 90.º - Classificações

1. As equipas, de acordo com a sua constituição, serão classificadas num dos seguintes escalões:
  - Elite
  - Aventura
  - Promoção

2. No escalão Elite, serão criadas classificações parciais para cada sub-escalão que tenha um mínimo de três equipas inscritas nesse sub-escalão nessa prova.
3. A classificação será ordenada pelo maior número de CP's realizados.
4. O tempo total (incluindo penalizações e bonificações) servirá para desempate quando o número de CP's for idêntico. Será melhor classificada a equipa que tenha demorado menos tempo a completar o mesmo número de CP's.
5. A classificação provisória deverá ser afixada no final do primeiro dia de competição e antes da entrega de prémios.
6. Serão atribuídos prémios às 5 primeiras equipas do escalão Elite, ao primeiro classificado do escalão Aventura e ao primeiro classificado dos sub-escalões de Elite que tenham um mínimo de três equipas inscritas nesse sub-escalão nessa prova.

#### Artigo 91.º - Reclamações e Recursos

1. As reclamações técnicas das etapas deverão ser feitas por escrito à organização, até 30 minutos após o final da prova.
2. As equipas que desejarem reclamar relativamente às classificações poderão fazê-lo por escrito, junto da organização, até 30 minutos após a afixação dos resultados provisórios.
3. Até 2 dias úteis após a publicação dos resultados provisórios na Internet, a equipa poderá pedir a revisão da sua classificação (apenas relativamente a questões de cronometragem) obrigatoriamente por escrito, via e-mail.
4. Os recursos têm de ser apresentados até 2 dias úteis após a divulgação das classificações finais e devem ser dirigidos ao Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Orientação.

#### Artigo 92.º - Supervisor e Júri Técnico

1. Para cada prova será nomeado pelo Conselho de Arbitragem da FPO um Supervisor Técnico que acompanha a organização, verifica a aplicação dos regulamentos e coordena o processo de análise e decisão das reclamações.
2. O Júri Técnico é composto por três membros efectivos e dois suplentes, nomeados pelo Conselho de Arbitragem, de acordo com o definido no RACP.
3. O recurso das decisões do Júri Técnico é submetido directamente ao Conselho de Arbitragem.

#### Artigo 93.º - Rankings da Taça de Portugal de Corridas Aventura

1. As equipas pontuarão em cada prova para o ranking conforme o escalão em que participam:
  - Elite
  - Aventura
2. A pontuação final em cada ranking obtém-se pelo somatório das pontuações obtidas no respectivo escalão nas provas realizadas durante a época. Todas as provas terão o mesmo factor de ponderação no ranking final.
3. Serão apenas considerados os 4 melhores resultados da época de cada equipa.
4. Em cada prova são atribuídos ao vencedor de cada escalão 100 pontos. As restantes equipas obtêm uma pontuação em função do resultado do vencedor do respectivo escalão.
5. Apenas para efeito de Ranking recorrer-se à fórmula apresentada no Anexo IV para cálculo do número pontos para o ranking atribuídos a cada equipa em cada escalão. Esta fórmula visa distinguir, para efeitos de cálculo de pontos para o Ranking, resultados de equipas com o mesmo número de cp's mas com diferenças de tempo significativas.

Generalidades da fórmula de cálculo de pontuação para Ranking:

- a. Peso do factor CP's: 92,5 % no caso de prova média e 87,5 % no caso de prova curta
  - b. Peso do factor tempo: 7,5 % no caso de prova média e 12,5 % no caso de prova curta
  - c. Apesar de valorizar o tempo, a fórmula impede que equipas com menor número de CP's controlados obtenham pontuações superiores às equipas com maior número de CP's controlados mesmo que tenham realizado a prova num tempo substancialmente menor;
6. Para a prova espanhola incluída na TPCA recorrer-se-á à mesma fórmula, para cálculo da pontuação a transpor para o ranking português.
  7. Às equipas envolvidas na organização de provas da TPCA, será atribuída uma única pontuação correspondente à média dos três melhores resultados obtidos no respectivo escalão nas provas em que participaram. A mesma equipa não poderá pontuar duas vezes na mesma época pelo envolvimento na organização de provas da TPCA.



8. Se houver necessidade de proceder a um desempate, serão considerados os seguintes factores de desempate:
  - pontuação total obtida em todas as provas;
  - maior número de 1ºs lugares, maior número de 2ºs lugares, maior número de 3ºs lugares e assim sucessivamente até se achar a equipa vencedora;
9. Para o escalão Elite, haverá ainda lugar à elaboração de um ranking complementar exclusivo para as equipas dos sub-escalões que tenham ao longo da época um mínimo de 3 equipas.
10. A equipa base é a designação dos elementos comuns que uma equipa tem em todas as provas que constituem a Taça de Portugal de Corridas de Aventura, ao longo da época. Esta equipa base é constituída por 4 elementos para os escalões Elite e Aventura, sendo que pelo menos 2 destes elementos têm de fazer parte da equipa em prova
11. As equipas dos escalões Elite e Aventura são consideradas automaticamente no Ranking da TPCA, com o número de dorsal, o nome da equipa, o escalão e a sua constituição base.
12. As equipas serão contabilizadas para o Ranking sempre que pelo menos 2 atletas da equipa base estejam em prova.
13. Nos escalões Elite e nos sub-escalões de Elite, os elementos da equipa têm que ter a filiação na FPO válida à data da realização das competições em que participam.

#### Artigo 94.º - Prémios do Ranking

Serão atribuídos prémios ou troféus finais aos primeiros 3 classificados no ranking Elite, ao primeiro do ranking Aventura e ao primeiro de cada sub-escalão de Elite que tenha ao longo da época um mínimo de 3 equipas.

### Capítulo V - Patrocínios e Media

#### Artigo 95.º - Patrocínios

1. A designação da equipa (nome e patrocinadores associados) não poderá exceder os 30 caracteres, para efeitos de apresentação nas listagens de classificações. À organização reserva-se o direito de recusar uma denominação, logotipo ou patrocinador de equipa que considere de carácter provocativo ou que desrespeite o espírito da TPCA.
2. As equipas participantes na TPCA terão de utilizar de forma visível, em todas as etapas das provas, os dorsais distribuídos pela organização, os quais não poderão sofrer qualquer tipo de dano ou alteração da sua forma.
3. É proibido às equipas, durante o decorrer de qualquer actividade relacionada com as provas da TPCA, a distribuição, afixação ou projecção de qualquer tipo de informação de carácter publicitário, sem que esta tenha sido devidamente autorizada pela organização. As equipas que não o cumpram serão desclassificadas da prova.

#### Artigo 96.º - Media

1. Todos os direitos de captação, produção e difusão de imagens acerca da TPCA estão reservados. Ao se inscreverem e participarem na TPCA, os elementos das equipas autorizam a utilização e difusão de imagens suas, captadas no decorrer da prova.
2. A captação de imagens pelos meios de comunicação nacionais e regionais de qualquer actividade relacionada com os eventos TPCA, bem como a disponibilização de material audiovisual, deverá ser coordenada e autorizada pela FPO.

### Capítulo VI - Controlo Anti-Doping

#### Artigo 97.º - Controlo Anti-Doping

1. As provas da Taça de Portugal de Corridas de Aventura regem-se pelo “Regulamento Anti-Dopagem” da Federação Portuguesa de Orientação.
2. Serão aplicadas às equipas da Taça de Portugal de Corridas de Aventura as sanções para equipas previstas no “Regulamento Anti-Dopagem” da Federação Internacional de Orientação (IOF).

3. A Lista de Substâncias e Métodos Proibidos da Agência Mundial Antidopagem para o corrente ano é a indicada pela Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP).

## **Capítulo VII - Campeonato Nacional de Corridas de Aventura**

### **Artigo 98.º - Campeonato Nacional de Corridas de Aventura 2012**

1. O Campeonato Nacional de Corridas de Aventura 2012 está enquadrado na TPCA.
2. O regulamento para a prova é o Regulamento da Taça de Portugal de Corridas de Aventura 2012.
3. A atribuição do título de Campeão Nacional será realizada para o escalão de Elite e para os sub-escalões de Elite, desde que existam pelo menos 3 equipas desse sub-escalão a participar na prova.
4. A contabilização para o ranking da Taça de Portugal de Corridas de Aventura será idêntica a qualquer outra prova da Taça de Portugal.

## **Capítulo VIII - Campeonato Ibérico de Corridas de Aventura**

### **Artigo 99.º - Campeonato Ibérico de Corridas de Aventura 2012**

1. O Campeonato Ibérico de Corridas de Aventura da 2012 está enquadrado na TPCA e será organizado por um filiado da FEDO e por ela indicado.
2. O regulamento do Campeonato Ibérico de Corridas de Aventura 2011 é o Regulamento da FEDO - "Regulamento de Raids de Aventura".
3. A participação nos eventos será aberta a todas as equipas provenientes dos dois países e que se apresentem na linha de partida. Será considerada como equipa Campeã Ibérica de Corridas de Aventura a primeira equipa classificada no escalão de Elite, constituída exclusivamente por atletas de nacionalidade portuguesa ou espanhola. Será também atribuído o título de equipa Campeã Ibérica de Corridas Aventura de Elite Mista, para a melhor equipa com pelo menos um elemento feminino em prova.
4. A classificação colectiva das representações nacionais será obtida pela soma directa das pontuações obtidas pelas três melhores equipas nacionais em prova no escalão de Elite, constituídas exclusivamente por atletas nacionais, sendo que uma delas terá obrigatoriamente que ser mista.
5. Será considerado país Campeão Ibérico de Corridas de Aventura aquele que tiver uma maior pontuação, obtida segundo os critérios definidos no ponto anterior.

## **Capítulo IX - Disposições finais**

### **Artigo 100.º - Disposições Finais**

1. O presente regulamento poderá ser corrigido, modificado ou ampliado, sendo objecto de um comunicado às equipas.
2. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela FPO, em reunião de Direção da FPO.



## **Anexos ao Regulamento de Competições**

## Anexo I - Taxas para a época 2012

### 1. Taxas de Inscrição na FPO

<i><b>Tipo de filiação</b></i>	<i><b>Nível etário</b></i>	<i><b>Taxa de inscrição e renovação</b></i>	<i><b>Observações</b></i>
Praticante de Competição	Jovens (até 20 anos)	13,50€	Apoio de 100% da FPO
	Adultos inscritos por clube	13,50€	
	Adulto c/ inscrição individual	42,00€	Apoio de 50% da FPO na inscrição inicial e isenção da taxa de transferência
Outros agentes		10,00€	Esta taxa não acumula com a taxa de praticante de competição
Clubes	-	75,00€	Apoio de 50% da FPO
Transferências	-	16,00€	
Taxa de reinscrição	Jovens e Adultos	7,50€	Permite a atletas que não renovaram por mais de 2 anos, a recuperação do n.º de inscrição; acumula com a taxa de renovação.

### 2. Preços máximos de inscrição por percurso

<i><b>Tipo de filiação</b></i>	<i><b>Nível etário</b></i>	<i><b>Provas TP nível 1</b></i>	<i><b>Provas TP nível 2 e CiNU</b></i>
Praticante Federado	Elite	6,00€	5,00€
	Adulto (excepto Elite)	5,00€	4,00€
	Jovem (até 20 anos)	3,00€	2,00€
Praticante não filiado na FPO <sup>2</sup>	Elite	9,00€	7,00€
	Adulto (excepto Elite)	8,00€	6,00€
	Jovem (até 20 anos)	5,00€	3,00€
Desporto Escolar <sup>3</sup>	Jovens	1,50€	1,50€

- Os clubes organizadores podem adicionar prazos complementares mais curtos com penalização nas taxas de inscrição até 50%.
- Sugere-se a aplicação, nos escalões de formação e Fácil curto, de um preço 1€ inferior aos estipulados para os restantes escalões, embora por simplificação, o preço máximo destes escalões seja idêntico aos dos restantes escalões extra Elite.
- Caso a prova de Taça de Portugal de nível 2 seja realizada em dias diferentes acresce 0,5€ por percurso para praticantes federados e 1€ por percurso para praticantes não filiados na FPO.
- É permitido aos clubes organizadores implementarem uma taxa para alterações (mudanças de escalão, troca de SI Card, etc) ou anulação de inscrição de última hora (realizadas após o 12.º dia) até um limite de 2 euros por alteração/anulação, desde que previamente divulgado nas informações do evento.

### 3. Taxas de inscrição nas provas (Corridas de Aventura)

Para inscrições até doze dias antes do evento (até às 24h da penúltima segunda-feira antes da prova quando esta se inicia a um sábado):

- 120,00€ para o escalão Elite
- 100,00€ para o escalão Aventura
- Até 15,00€ por atleta para o escalão Promoção

<sup>2</sup> Inclui Taxa do seguro de acidentes pessoais;

É obrigatório fornecer o número do BI/Cartão Cidadão/Passaporte

<sup>3</sup> Isenção de pagamento do SPORTident e da taxa de seguro, desde que enquadrados pelos docentes, sendo obrigatória a apresentação de comprovativo do Seguro Escolar, passado pelo Estabelecimento de Ensino.

Para inscrições após o prazo definido acima e até ao prazo limite de inscrição definido pela organização:

- 150,00€ para o escalão Elite
- 125,00€ para o escalão Aventura
- Até 15,00€ por atleta para o escalão Promoção

Cada atleta não federado na FPO paga mais 5€, onde se inclui os 3€ para o seguro desportivo.

Aos atletas que necessitem de alugar SI Card será cobrada uma taxa de 1,00€ por dia de prova.

#### 4. Seguro Desportivo

<b>Tipo de filiação</b>	<b>Nível etário</b>	<b>Taxa de seguro</b>	<b>Observações</b>
Praticante de Competição	Adulto	6,83€/ano	
	Jovem (até 20 anos)	6,83€/ano	Apoio de 100% da FPO
Praticante não filiado na FPO <sup>4</sup>	Por dia	1,55€	
	2 dias	2,72€	Por cada dia a mais acresce 1,50€

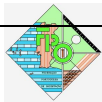

#### 5. Aluguer do SI Card (cartão SPORTident)

Aos atletas participantes em escalões de competição e formação será cobrada uma taxa de 2€ por dia em que necessitem de alugar SI Card. Nos escalões abertos não será cobrada qualquer taxa adicional embora a não devolução do SI Card implique o pagamento de 30,00€.

---

<sup>4</sup> Inclui também os praticantes de competição com inscrição irregular.

## Anexo II - Modelo de cartão de controlo para Orientação de Precisão

ORIENTAÇÃO DE PRECISÃO (COPIA PARA O ATLETA)						NOME E APELIDO					PONTUAÇÃO TOTAL	
						 CLUBE					TEMPO TOTAL	
1	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	1	RESPOSTAS CORRECTAS CPONTOS DE CONTROLO
2	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	2	RESPOSTAS CORRECTAS CRONOMETRADAS
3	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	3	TEMPO CRONOMETRADO (em segundos)
4	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	4	PENALIZAÇÕES (em segundos)
5	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	5	PROVA
6	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	6	HORA DE SAÍDA
7	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	7	HORA DE CHEGADA
8	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	8	TEMPO DE PROVA
9	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	9	PENALIZAÇÕES PROVA (em segundos)
10	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	10	PONTOS CRONOMETRADOS
11	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	11	RESPOSTA 1
12	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	12	TEMPO CRONO. 1
13	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	13	TEMPO CRONO. 2
14	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	14	MEDIA CRONO. 1 e 2 (em segundos)
15	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	15	RESPOSTA 2
16	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	16	TEMPO CRONO. 1
17	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	17	TEMPO CRONO. 2
18	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z	18	MEDIA CRONO. 1 e 2 (em segundos)
	Z	D	C	B	A	A	B	C	D	Z		RESPOSTA 3

# Anexo III - Modelo de tabela de classificação para Orientação de Precisão

Nome da Prova			Data e Local										Classificação (nome Classe)																		
Posição	Nome do Atleta	Clube	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	T1	T2	T3	T4	T5	Tempo 1 (seg)	Tempo 2 (seg)	Tempo 3 (seg)	Tempo 4 (seg)	Tempo 5 (seg)	Tempo Total	Hora de Partida	Hora de Chegada	Tempo prova (min)	Tempo prova (seg)	Penalização	Pontos	Tempo correcto	
			z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	z	19	23	59	24	12	137	10:12:00	12:12:00	Tmax 115	120	0	1
1			z	z	z	z	z	z	b	a	c	d	z	c	a	a	a	b	37	22	60	58	16	193	11:00:00	12:14:12	74	12	0	14	253
2			z	z	z	z	z	z	b	a	c	d	z	c	a	b	a	b	13	13	42	33	7	108	11:54:00	13:49:00	115	0	0	12	108
3			c	z	z	z	z	z	b	z	c	a	z	c	a	a	a	b	15	20	42	33	10	120	11:58:00	13:17:32	79	32	0	11	120
4			d	z	z	c	z	b	a	c	a	a	b	c	a	a	a	b	14	10	42	33	10	109	10:36:00	12:08:45	92	45	0	11	169
5			c	z	z	z	z	z	b	a	c	a	b	c	b	a	a	b	25	13	42	33	14	127	11:24:00	12:25:24	61	24	0	11	187
6			z	c	z	z	z	z	b	a	c	a	b	c	c	a	a	b	34	19	42	33	16	144	10:14:00	12:00:56	106	56	0	11	204
7			c	z	z	z	z	z	b	a	c	a	b	c	b	a	a	b	7	2	42	33	7	91	10:50:00	12:33:42	103	42	0	10	151
8			c	c	z	z	z	b	a	c	a	a	b	b	a	a	a	b	39	24	42	33	18	156	10:16:00	12:10:24	114	24	0	10	156
9			c	z	d	z	a	b	a	c	a	a	b	c	a	a	a	b	8	6	42	33	10	99	11:26:00	13:09:32	103	32	0	10	159
10			c	z	z	z	z	z	b	a	b	a	b	c	c	a	a	b	17	8	42	33	15	115	10:18:00	12:01:15	103	15	0	10	175
11			c	z	z	c	z	b	a	c	a	a	b	c	b	a	a	b	22	17	42	33	6	120	10:46:00	12:36:22	110	22	0	10	180
12			c	z	c	z	z	z	b	a	c	a	b	a	a	a	a	b	18	16	42	33	12	121	11:02:00	12:54:21	112	21	0	10	181
13			c	z	c	z	z	z	b	a	c	a	b	c	b	a	a	b	13	19	42	33	17	124	11:48:00	13:06:22	78	22	0	10	184
14			c	z	z	z	z	z	b	a	b	a	b	c	a	a	d	b	21	17	42	33	12	125	10:48:00	12:21:22	93	22	0	10	185
15			c	z	z	z	z	z	b	z	c	a	b	c	c	a	a	b	16	17	42	33	23	131	10:28:00	12:12:24	104	24	0	10	191
16			c	z	z	z	a	b	a	c	a	b	b	c	a	a	a	b	24	25	42	33	10	134	10:20:00	12:06:12	106	12	0	10	254
17			a	z	z	z	z	b	a	c	a	b	d	b	a	a	b	b	17	17	42	33	29	138	10:40:00	12:28:33	108	33	0	10	258
18			c	z	z	z	z	z	b	a	c	a	b	b	c	a	a	b	28	31	42	33	24	158	11:56:00	13:21:22	85	22	0	9	158
19			d	c	z	z	c	b	z	c	a	b	c	a	a	a	b	b	19	22	42	33	9	125	11:04:00	13:00:14	116	14	1	9	185
20			c	z	z	z	b	b	a	c	a	b	c	b	a	a	b	b	19	22	42	33	9	125	11:04:00	13:00:14	116	14	1	9	185



## Anexo IV - Fórmula de cálculo do Ranking da Taça de Portugal de CA's

Esta fórmula permite, a partir da tabela classificativa de cada prova, calcular a pontuação a atribuir a cada uma das equipas para efeito de ranking. Esta metodologia pretende distinguir os resultados de equipas com o mesmo número de cp's mas com diferenças de tempo significativas.

Devido à complexidade das fórmulas, é disponibilizado um ficheiro Excel para que os atletas possam experimentar os resultados práticos da sua aplicação.

### Factores de Ponderação

$$P_{cp's} = \begin{cases} 87,5\%, & \text{se prova curta} \\ 92,5\%, & \text{se prova média} \end{cases} \cdot \text{peso dos cp's controlados}$$

$$P_{tempo} = \begin{cases} 12,5\%, & \text{se prova curta} \\ 7,5\%, & \text{se prova média} \end{cases} \cdot \text{peso do factor tempo dispendido}$$

$$f_d = 4\%, \text{ factor de diferença}$$

### Variáveis de cálculo

$\overline{CP's}_{|duracao\ prova}$  - corresponde ao valor médio de cp's definido no regulamento (varia consoante a duração da prova)

$$\overline{CP's}_{|duracao\ prova} = \begin{cases} 40, & \text{se prova curta} \\ 82, & \text{se prova média} \end{cases}$$

$CP's_{max\ equipa\ i}$  - valor máximo de cp's que a equipa i pode atingir para efeito de pontuação para Ranking

$CP's_{equipa\ i}$  - CP's da equipa vencedora

$CP's_{minimo\ |tipo\ de\ prova}$  - número de CP's mínimo que o regulamento estipula consoante a duração da prova (curta e média)

$CP's_{maximo\ |tipo\ de\ prova}$  - número de CP's máximo que o regulamento estipula consoante a duração da prova (curta e média)

$CP's_{final}$  - CP's atribuídos para cálculo de pontuação para Ranking

$n_{equipas}$  - número de equipas classificadas

$d\%_{equipa\ i}$  - diferença de cp's para a equipa que a antecede na tabela classificativa (em percentagem)

### Ordenação da tabela classificativa

1. Número de CP's controlados - ordem decrescente do primeiro para o último lugar
2. Tempo de prova - ordem crescente dentro do grupo de equipas com igualdade de cp's controlados

### Fórmula de cálculo de cp's

Atribuição de CP's à equipa vencedora

$$\begin{cases} CP's_{final\ equipa\ 1} = \overline{CP's}_{|duracao\ prova} & CP's_{equipa\ 1} < CP's_{minimo\ |tipo\ de\ prova} \vee CP's_{equipa\ 1} > CP's_{maximo\ |tipo\ de\ prova} \\ CP's_{final\ equipa\ 1} = CP's_{equipa\ 1} & \text{c.c.} \end{cases}$$

Cálculo de % de cp's face à equipa i-1 (equipa que a antecede na tabela classificativa)

$$d\%_{equipa\ i} = 1 - \frac{CP's_{equipa\ i}}{CP's_{equipa\ i-1}}, \quad 1 < i \leq n_{equipas}$$

Cálculo do valor máximo de CP's que cada equipa pode alcançar:

$$CP's_{max\ equipa\ i} = \begin{cases} \frac{CP's_{equipa\ i}}{CP's_{equipa\ i-1}} \cdot CP's_{final\ i}, & d\%_{equipa\ i} > f_d \\ \begin{cases} CP's_{max\ equipa\ i-1}, & CP's_{equipa\ i} = CP's_{equipa\ i-1} \\ CP's_{final\ equipa\ i-1}, & \text{c.c.} \end{cases}, & \text{c.c.}, \quad 1 < i \leq n_{equipas} \end{cases}$$

Cálculo de  $CP's_{final}$  que corresponde aos CP's a considerar para cálculo de pontuação a contabilizar no ranking da TPCA:

$$CP's_{final_{equipa i}} = \begin{cases} \gamma & , CP's_{max_{equipa i}} = CP's_{max_{equipa i}} \\ \varphi & , c. c. \end{cases} \quad 1 < i \leq n_{equipas}$$

$$\gamma = \text{Mínimo} \left\{ \left( P_{CP's} \cdot \frac{CP's_{equipa i}}{CP's_{equipa i}} + P_{tempo} \cdot \frac{tempo_{equipa i}}{tempo_{equipa i-1}} \right) CP's_{final_{equipa i}} ; CP's_{final_{equipa i-1}} \right\} \quad , 1 < i \leq n_{equipas}$$

$$\tau = \begin{cases} \epsilon , & \left( P_{CP's} \cdot \frac{CP's_{equipa i}}{CP's_{equipa i}} + P_{tempo} \cdot \frac{tempo_{equipa i}}{tempo_{equipa i-1}} \right) CP's_{max_{equipa i}} > CP's_{final_{equipa i-1}} \\ \varphi & , \quad c. c. \end{cases}$$

$$\epsilon = CP's_{final_{equipa i-1}} \quad 1 < i \leq n_{equipas}$$

$$\varphi = \text{Mínimo} \left\{ \omega ; \beta ; CP's_{final_{equipa i-1}} ; CP_{max_{equipa i}} \right\} \quad 1 < i \leq n_{equipas}$$

$$\text{com } \omega = \left( P_{CP's} \cdot \frac{CP's_{equipa i}}{CP's_{equipa i}} + P_{tempo} \cdot \frac{tempo_{equipa i}}{tempo_{equipa i-1}} \right) \cdot CP_{max_{equipa i-1}} \quad \wedge \quad \beta = \left( P_{CP's} + P_{tempo} \cdot \frac{\alpha}{tempo_{equipa i}} \right) CP_{max_{equipa i}}$$

$\alpha \rightarrow$  menor valor de tempo de prova dentro do grupo de equipas com o mesmo número de cp's